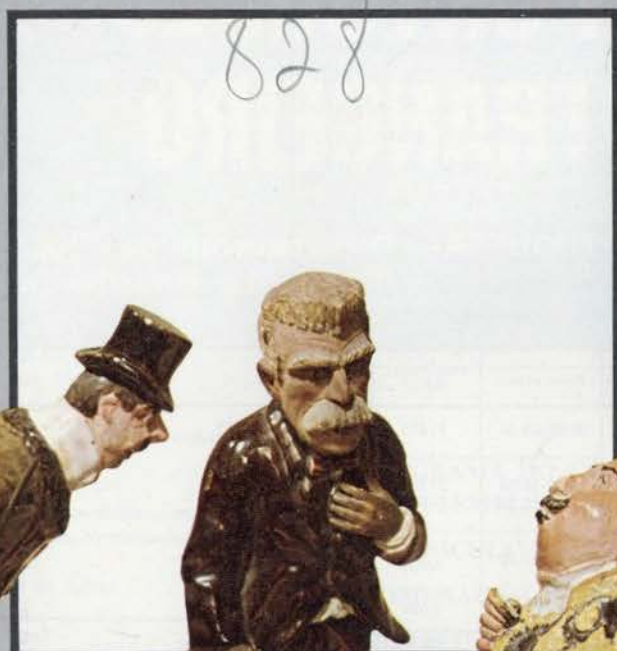


25
de Abril

Recordando
Vitorino Nemesio
A emigração no Programa
do II Governo

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração



CERÂMICA
DAS CALDAS
DA RAINHA



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)		
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16		
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16	
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste) (Todos os dias) (Oeste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16		
	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30 14.30-18.00	15 340 17 880 21 700	19 16 13			
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	Mocambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30		20.00-20.30	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	19.30-20.15 14.30-18.00	15 340 17 880 21 700	19 16 13			
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00 20.30-21.00	21 495 15 125	13 19		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735		13 13	(Domingos)	13.30-14.00 20.15-21.00 14.30-18.00	21 495 15 125 21 700	13 19 13
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16		
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25		
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880		13 16	(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13		22.30-01.00	11 790 11 840	25 25		

DEPÓSITO LEGAL

10. MAI 1978



Três «figuras de movimento» características da fábrica de Rafael Bordalo Pinheiro, nas Caldas da Rainha. As caricaturas representam personalidades políticas do final do século passado



25 ANOS DE ABRIL COMUNIDADES PORTUGUESAS

PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Director do Serviço
de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. E.

Edição

Serviço de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. E.

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa
Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Mirandela & C.ª
Travessa Condessa do Rio, 7-9
Lisboa
Portugal

Colaboração fotográfica

ANOP
«Diário de Notícias»
«A Capital»
Mário de Oliveira
(Suplemento)

PREÇO 30 ESCUDOS
N.º 26 / ABRIL 78

Índice

Comemorações do «25 de Abril»

No próximo número da Revista publicaremos o noticiário referente às comemorações do «25 de Abril», este ano designado oficialmente como «Dia da Liberdade».

As comemorações — que se estenderam a todo o País, revestindo-se de um carácter cultural, pedagógico e desportivo — foram coordenadas por uma Comissão, presidida pelo capitão Sousa e Castro, membro do Conselho da Revolução, e incluíram, além das manifestações oficiais, realizações promovidas localmente por iniciativa de diversas entidades.

Em Lisboa o programa das comemorações integrou uma parada militar, com a presença do Presidente da República. Também a Assembleia da República se associou às comemorações do «Dia da Liberdade», realizando uma sessão solene a que assistiu o general Ramalho Eanes.

- 5 PROGRAMA DO GOVERNO APROVADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 7 A AGRICULTURA NO PAÍS
- 11 HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO TARRAFAL
- 14 MORREU VITORINO NEMÉSIO
- 18 CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO BRASIL
- 33 PORTUGAL E A NORUEGA INTENSIFICAM RELAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO
- 39 PORTUGAL E A CEE
- 42 ESTADOS UNIDOS EMPRESTAM 300 MILHÕES DE DÓLARES A PORTUGAL
- 45 A EMIGRAÇÃO NO PROGRAMA DO II GOVERNO CONSTITUCIONAL
- 46 MENSAGENS DO PRIMEIRO-MINISTRO E DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS AOS EMIGRANTES
- 48 TOME NOTA
- 50 OS LEITORES ESCREVEM
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA SEE
- 23 SUPLEMENTO:
RETROSPECTIVA DA CERÂMICA CALDENSE

**2.^a
TIRAGEM**

Diário de Notícias

REGISTRADO:
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE
INDUSTRIAL, ADMINISTRATIVA E GERAL
AVENIDA DA LERREIRA, 266 — LISBOA

Director — FERNANDO FRAGOSO

Director: MANUEL NOGUEIRA — Tel. 13279
Telefax: 65111 / 65666 / 65114
G. P. O. S. — 38 2050

GRAVADORES - BARRAS AUTOMÁTICAS
ELECTROFONES - ALIAS - PASTILAS
TELEVISÃO - EMISSORES - RECEPTORES
TABULADORES - TENSÃO E ELECTRONICA

SHARP
está onde está a alegria

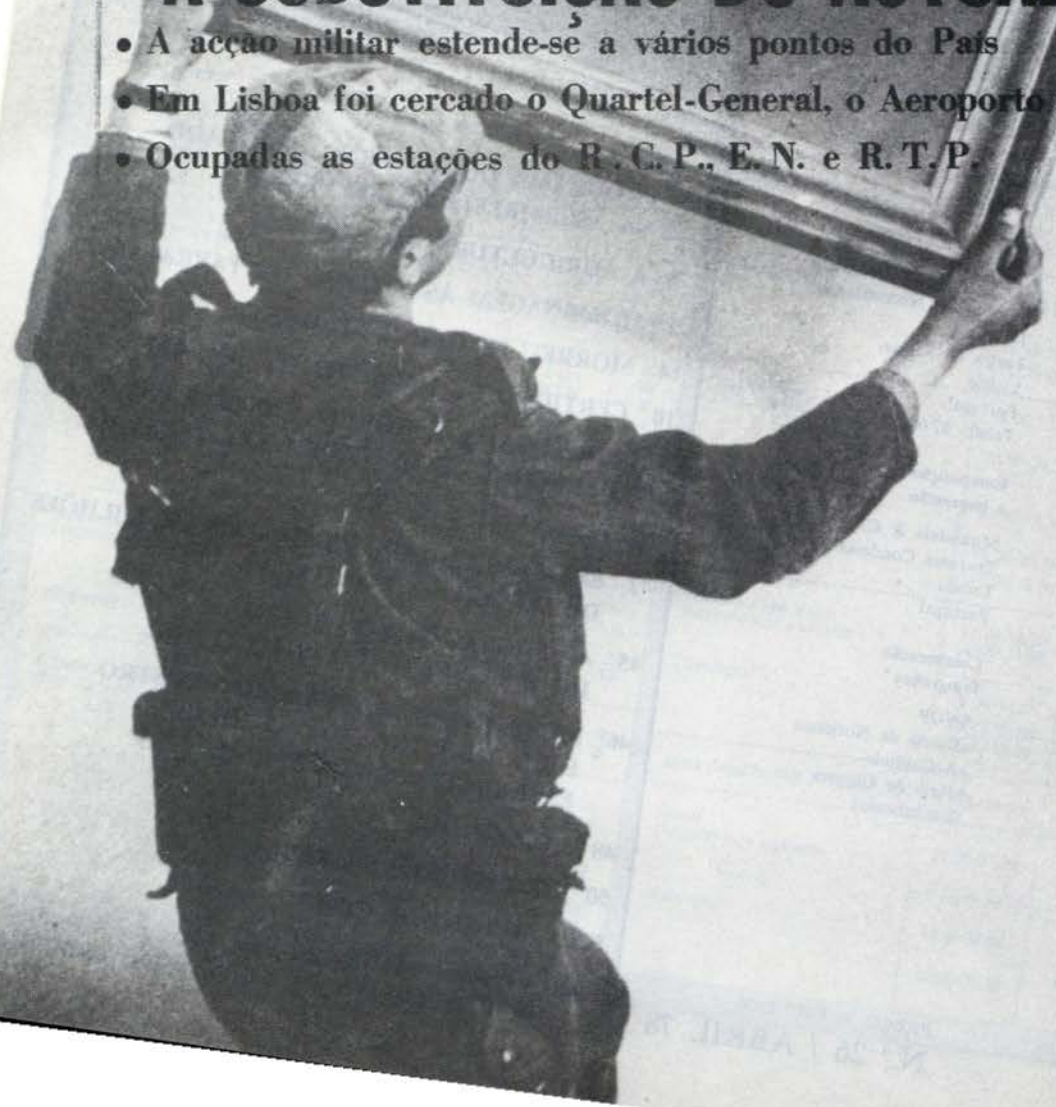
ÀS PRIMEIRAS HORAS DA MADRUGADA DE HOJE

ECLODIU UM MOVIMENTO MILITAR

ATRAVÉS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS
O "COMANDO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS"
TEM DIVULGADO O SEU OBJECTIVO:

A SUBSTITUIÇÃO DO ACTUAL REGIME

- A acção militar estende-se a vários pontos do País
- Em Lisboa foi cercado o Quartel-General, o Aeroporto e outras instalações
- Ocupadas as estações do R. C. P., E. N. e R. T. P.



25 DE ABRIL DIA DA LIBERDADE

As imagens que publicamos evocam o dia em que, há quatro anos, foi derrubado o fascismo em Portugal e se iniciou a construção de uma sociedade democrática, com instituições legitimadas pelo voto popular em sucessivas eleições livres.

25 DE ABRIL: DIA DA LIBERDADE
10 DE JUNHO: DIA DE PORTUGAL

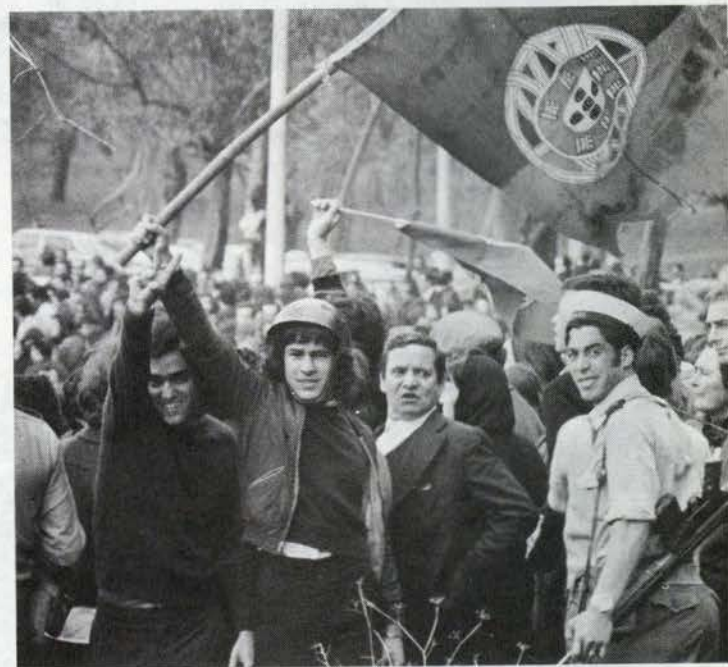
Por decretos-leis emanados da Presidência do Conselho de Ministros foi determinado que a data de «25 de Abril» passe a designar-se «Dia da Liberdade» e que, por outro lado, o «Dia de Portugal» seja celebrado a 10 de Junho e dedicado a Portugal, a Camões e às comunidades portuguesas no estrangeiro.

No primeiro diploma assinala-se que «o Dia 25 de Abril representa a libertação de Portugal e do povo português da feroz repressão de um regime totalitário e antidemocrático e o começo de um tempo novo, que restitui aos portugueses a liberdade e a democracia». O decreto considera que «deve essa data histórica ser anualmente comemorada com dignidade e relevo correspondentes ao alto significado que assume para o Portugal renovado que hoje vivemos» e dispõe que o dia 25 de

Abril passe a chamar-se «Dia da Liberdade» e que seja celebrado em todo o País ao nível das comunidades locais.

No segundo diploma afirma-se que o «Dia 10 de Junho — Dia de Camões e das Comunidades — melhor do que nenhum outro, reúne o simbolismo necessário à representação do «Dia de Portugal», pois «nele se aglutinam em harmoniosa síntese a Nação Portuguesa, as comunidades lusitanas espalhadas pelo Mundo e a emblemática figura do épico genial».

Para que estas datas históricas tenham a devida projecção, a coordenação das comemorações oficiais ficará a cargo de uma comissão organizadora que será anualmente nomeada. As comemorações do «Dia de Portugal» realizar-se-ão numa localidade escolhida, em cada ano, pelo Presidente da República.





PROGRAMA DO GOVERNO APROVADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na página anterior: Vítor Constâncio, ministro das Finanças e do Plano, ao intervir na Assembleia da República, durante o debate do Programa do II Governo Constitucional

Depois de quatro dias de debates, o Programa do II Governo Constitucional, que esteve sujeito a duas moções de rejeição, por parte do PSD e do PCP, respectivamente, foi aprovado na votação da Assembleia da República por larga maioria de votos favoráveis.

Logo após a apresentação do Programa do II Governo Constitucional pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, o debate iniciou-se com exposições de fundo dos partidos da oposição. O primeiro orador a subir à tribuna foi Octávio Pato (do PCP) que criticou a entrada do CDS para o Governo, definindo o novo Executivo como «um Governo que nasce divorciado dos interesses, objectivos e aspirações que percorrem hoje a sociedade portuguesa». Passando a criticar o Programa, citou um passo da análise feita pelo Comité Central do Partido em que se afirmava: «O Programa faz apenas ligeiras referências aos sectores não capitalistas criados na economia portuguesa. Não dá garantia formal do respeito pelos limites actuais das formações económicas. Quase ignora a Reforma Agrária. Aponta esquemas que põem em causa os sectores e empresas nacionalizadas (criação de sociedades de investimento e desenvolvimento regional, reprivatizações, etc.). Consagra apenas uma página ao sector da propriedade social.»

Magalhães Mota (do PSD), que interveio a seguir, manifestou a oposição do seu Partido à nova fórmula de Governo, dizendo que ela era incoerente e insuficiente para resolver os problemas do País. Referindo-se ao Programa, Magalhães Mota criticou dois aspectos que considerou pouco claros: a aplicação da lei das Bases da Reforma Agrária e a criação de um organismo contra a corrupção.

Seguidamente, Acácio Barreiros, em nome da UDP, lançou «um alerta solene a todos os trabalhadores antifascistas, a todos os democratas e patriotas» para «barrar o passo à reacção, para lutar contra o Governo de direita, para salvaguardar as conquistas do 25 de Abril». Acrescentou ainda Acácio Barreiros: «É claro que este plano antinacional está entrelaçado com a mais descarada política a favor dos monopólios e dos latifundiários. Enquanto se pede ao povo austeridade, se prometem dias de grandes sacrifícios, aos grandes monopolistas vão ser pagos até Julho milhões de contos de indemnizações. E como se isso não bastasse, ainda lhes vai ser permitido criarem sociedades financeiras de investi-

mento, ou seja, a criação de uma banca privada em concorrência com a banca nacionalizada».

«O PS E O CDS SÃO PARTIDOS DISTINTOS»

Freitas do Amaral (CDS), na sua intervenção, começou por definir a posição oficial do seu partido que é «de apoio ao novo Governo» e acrescentou: «Está dito e redito que o PS e o CDS são partidos distintos, cuja história, cujos programas e cujos eleitorados são diferentes e diferentes continuarão a ser». Depois de enunciar o que os dois partidos tinham em comum, o presidente do CDS, dirigindo-se à oposição, disse: «A oposição não tem o direito de impedir o Governo de governar, porque constitui uma minoria, nem o Governo terá qualquer pretexto para não governar, porque dispõe de uma maioria. Ficam assim mais claras as coisas e repartidas as responsabilidades: à oposição cabe fiscalizar, criticar e propôr alternativas, ao Governo competirá governar e resolver os grandes problemas nacionais». E Freitas do Amaral terminou o seu discurso apresentando os cinco grandes objectivos que o II Governo Constitucional se propôs alcançar: «Manter o nosso regime político no quadro de uma democracia pluralista; conduzir a saída da nossa economia para fora da crise em que se encontra: organizar a entrada do nosso País para dentro do Mercado Comum; resolver os problemas concretos do povo português; dar aos portugueses a confiança em si mesmos e nas capacidades de Portugal».

PROPOSTAS DE REJEIÇÃO

Entretanto, o grupo parlamentar do PSD, pela voz de Sérvulo Correia, propôs a rejeição do Programa do Governo e, através de um segundo requerimento, que a votação dessa proposta fosse nominal.

Nas sessões seguintes prosseguiram os ataques ao Programa por parte dos social-democratas (Sousa Franco) e dos comunistas (Carlos Carvalhas), tendo Salgado Zenha (PS) feito a defesa do actual Executivo e do acordo político com o CDS.

Surgiu, também, de modo inesperado, já na parte final dos debates, uma moção de rejeição do Programa por parte do PCP, a qual foi apresentada em forma de requerimento onde se expunham as razões de uma tal atitude, afirmando-se, nomeadamente: «O Programa não se conforma

com o projecto constitucional nem serve a resolução dos grandes problemas nacionais, designadamente a recuperação económica do País».

«O REALISMO E O RIGOR É QUE SÃO PROGRESSISTAS»

A intervenção de Vítor Constâncio, ministro das Finanças e do Plano, foi certamente das mais importantes deste debate, pelo realismo que lhe imprimiu, chegando a afirmar que «em Portugal, aqui e agora, o realismo e o rigor é que são progressistas». Referindo-se à crise actual que o País vive, Vítor Constâncio declarou: «É evidente que o problema económico e financeiro não é isolável dos demais. A gestão de uma economia é também um acto político, embora seja igualmente um problema de técnica. Neste plano, as condições gerais de que depende a resolução do nosso problema económico parecem-me ser as seguintes: aplicação duma política económica tecnicamente correcta e consistentemente executada; existência dum quadro institucional claro; o respeito pelos mecanismos e incentivos económicos adequados ao sistema institucional vigente».

A terminar, Vítor Constâncio disse que o Programa do II Governo Constitucional «apresenta um diagnóstico ajustado, uma definição clara das prioridades a curto e médio prazo, uma descrição adequada das políticas económicas».

No discurso pronunciado no final destes quatro dias de debates, Mário Soares afirmaria que a sua tarefa de encerrar o debate parlamentar estava bastante facilitada dado que pouco se falara do Programa, o qual, acrescentou, resistira às críticas formuladas pela oposição.

APROVAÇÃO DO PROGRAMA

No momento da votação, os números traduziram um resultado favorável ao Programa do Governo, uma vez que a maioria dos deputados votou contra as moções de rejeição. Assim, votada primeiramente a moção de rejeição proposta pelo PSD, esta foi derrotada, tendo obtido 141 votos contra (do PS, CDS e deputados independentes Galvão de Melo, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira), 75 votos a favor (do PSD, UDP e deputados independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues) e a abstenção do PCP. Teve a mesma sorte a moção proposta pelo PCP que saiu também

PROGRAMA DO GOVERNO APROVADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6

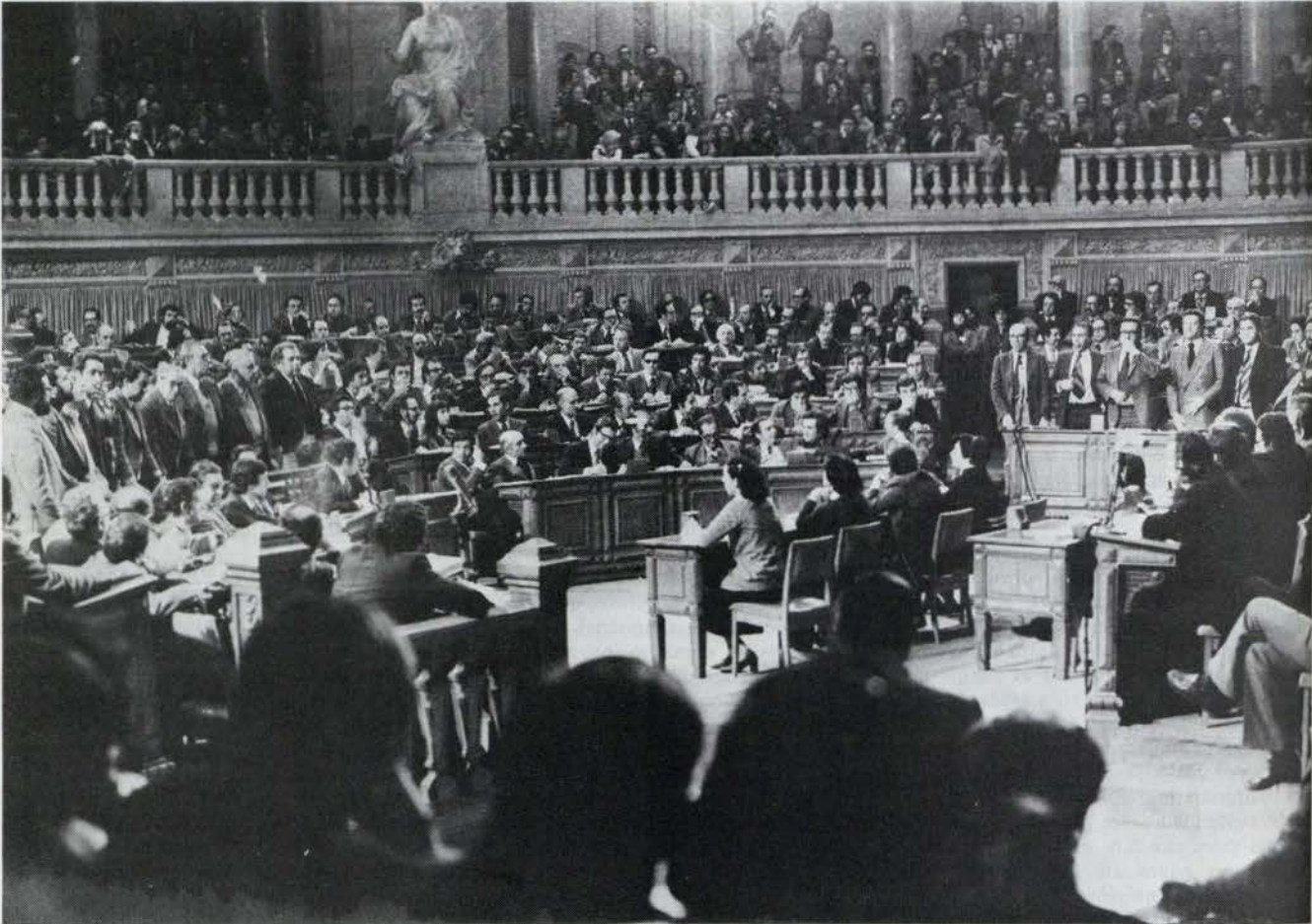


derrotada por 141 votos contra (do PS, CDS e deputados independentes Galvão de Melo, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira), 43 a favor (do PCP, UDP e deputados independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues) e a abstenção do PSD.

O Programa do Governo foi, assim, aprovado pela Assembleia da República.



À esquerda: Freitas do Amaral (CDS) ao apresentar os «cinco grandes objectivos» do II Governo; à direita: Sêrvulo Correia (PSD) e Carlos Brito (PCP) criticaram o Programa do II Governo, durante o debate na Assembleia



Aspecto de uma das votações referentes ao Programa do II Governo Constitucional

A AGRICULTURA NO PAÍS

Em Portugal, a produção agrícola não tem aumentado anualmente na proporção que seria de esperar. Porém, para responder às crescentes necessidades alimentares da população, é urgente produzir muito mais. A baixa produção de cereais obrigou, por exemplo, a que a importação anual subisse, em 1977, para 13 milhões de contos (só em cereais) num total de 30 milhões de contos de bens alimentares importados.

Quais serão as causas desta situação? Bastará dizer que as quebras de produção se devem às más condições climáticas? E como produzir mais e melhor, se apenas 26 por cento dos terrenos possuem boa aptidão agrícola?

Será oportuno registar aqui as declarações do eng. Lopes Ribeiro ao «Diário de Notícias», a propósito de um colóquio que a Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, de que é presidente, vai organizar neste mês de Abril: «A nossa agricultura está estagnada há longos anos e os técnicos entendidos na matéria revelam haver muitas potencialidades por explorar. Se isto acontece é porque os organismos responsáveis pelo funcionamento da nossa máquina agrícola ainda não foram capazes de delinear e pôr em execução esquemas de ajuda aos agricultores que permitam que a agricultura portuguesa concretize as suas potencialidades para melhorar a produtividade das culturas, aumentar a produção de cereais, oleaginosas, produtos pecuários, etc., e simultaneamente, aumentar o nível de rendimentos do agricultor, actualmente muito baixo (cerca de um terço dos rendimentos dos sectores secundário e terciário). Pretende-se, de igual modo, incrementar o auto-abastecimento do País no capítulo alimentar e outros, permitindo-nos poupar duas ou três dezenas de milhões de contos que se gastam em divisas para comprar tais produtos.»

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Vale a pena recordar que, em Portugal, é no tempo quente e seco que normalmente se intensifica a produção agrícola, exigindo muita água armazenada nas albufeiras e represas, e poderosas redes de rega, onde se têm de gastar vultuosos investimentos.

Até ao presente, porém, com poucos esquemas destes em funcionamento, com o crescimento populacional e a mudança de hábitos alimentares, tem sido necessário importar cada vez mais produtos alimentares.

Apesar de recentemente se ter verificado um esforço tendente a renovar culturas, a semear novas áreas e a introduzir maqui-



«O sector da mecanização, embora tenha conhecido um avanço notório depois do 25 de Abril, encontra-se ainda muito aquém dos países do Mercado Comum, onde tal mecanização está desenvolvida seis vezes mais»

naria nos trabalhos agrícolas, o certo é que a agricultura portuguesa não regista o desenvolvimento que é legítimo esperar.

A situação alarmante em que estamos, percebe-se melhor se olharmos para a percentagem com que a produção agrícola bruta (PAB) entra no Produto Nacional Bruto (PNB): de 1969 a 1974 baixou de 15,5 por cento para 10,7 por cento. São ainda mais significativos os desniveis seguintes: a produção animal que representava 42,6 por cento do PAB em 1969, desceu para 31,4 por cento em 1974, enquanto, no mesmo período, a produção vegetal subiu de 41,7 para 49,1 por cento e a produção florestal de 15,7 para 19,5 por cento. Acrescente-se ainda outro dado referente a 1975: o sector primário (agrícola) ocupava 28 por cento da população activa do País, produzindo apenas 13,8 por cento do total do PIB (Produto Interno Bruto). E convirá também lembrar que, nos últimos 15 anos, terão abandonado o campo, para cima de 500 mil trabalhadores rurais.

Conclui-se, pois, que, salvo raras excepções — o caso da produção de carne e de leite, onde se têm verificado ultimamente aumentos satisfatórios —, a agricultura portuguesa empobrece a olhos vistos. E sendo a agricultura um pólo fundamental do desenvolvimento económico, se este sector não for dinamizado quanto antes, o nosso

atraso agravar-se-á e a taxa do PNB (Produto Nacional Bruto) crescerá muito lentamente, porque resultará apenas do crescimento da produção industrial.

A CULTURA DOS CEREAIS

Um dos pilares em que devemos assentar o desenvolvimento da nossa agricultura é o aumento da produção cerealífera destinada ao consumo directo e ao fabrico de rações para animais. De facto, a partir de estudos ultimamente feitos relativos a esta cultura, pode concluir-se que é perfeitamente possível, num curto espaço de tempo, multiplicar por dois a produção anual média de cereais conseguida na década de 1966 a 1975. Em números globais, o aumento de produção no sector poderá rondar os dois milhões de toneladas.

No que diz respeito às áreas semeadas e tomando por base um estudo feito pelo MAP (Ministério da Agricultura e Pescas), sabe-se que as áreas destinadas a culturas cerealíferas poderão ser aumentadas de maneira a englobar mais 100 mil hectares de terras.

Neste caso particular, e para conseguir um bom aumento de produção, há que atender a dois problemas importantes: um diz respeito à escolha do cereal a semear



e ao terreno a utilizar e o outro à produtividade a alcançar. Anote-se que foram bem sucedidas as experiências feitas para produzir o «triticale», um cereal conseguido através do cruzamento do trigo e do centeio e muito adaptável às terras altas do norte. O aumento de produtividade, conseguir-se-á quando novos processos de tecnologia forem introduzidos nas explorações agrícolas.

Para concretizar, citamos o caso do milho: a produção por hectare que é hoje ligeiramente superior a uma tonelada, pode,

em breve, atingir as 4,5 toneladas. O mesmo poderá acontecer em relação à aveia, ao trigo, à cevada e ao centeio, culturas que podem aumentar para o dobro.

TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS RURAIS

Mas, para conseguir um aumento substancial da produção agrícola, torna-se imperioso transformar as estruturas rurais, ou seja,

tudo aquilo que se prende com a distribuição da terra, com a mecanização agrícola, com a correcção dos solos e com a introdução de novas culturas.

O sector da mecanização, embora tenha conhecido um avanço notório depois do 25 de Abril, encontra-se ainda muito aquém dos países do Mercado Comum, onde tal mecanização está desenvolvida seis vezes mais. De facto, a quantidade de tractores e de ceifeiras-debulhadoras utilizadas entre nós corresponde às percentagens de 0,7 e 0,5 por hectare, valores que são manifestamente baixos e confirmam a urgência de introduzir mais maquinaria agrícola nos campos do País.

Por outro lado, espera-se que com a melhoria e correcção dos solos, com a irrigação e drenagem de parte deles e com a introdução de novas culturas como a da beterraba, a do algodão e a do tabaco, para citar apenas aquelas que já estão a ser ensaiadas, a produção venha a aumentar substancialmente.

SUBSTITUIR IMPORTAÇÕES

No tocante à substituição de importações, que é urgente praticar, sublinha-se que há culturas que podem, com vantagem, substituir muitas das compras feitas no estrangeiro. Vale a pena referir a soja e outras oleaginosas como o cártamo e o girassol cuja produção nacional contribuirá para eliminar um dos grandes factores de desequilíbrio da balança comercial, ou seja, a importação de grandes quantidades de sementes para a extracção de óleo. Passa-se outro tanto com a fava miúda, o grão-de-bico, o milho, a cevada e a aveia, que podem entrar na confecção de rações, em maior quantidade.

Além disso, há culturas como a do arroz, a dos produtos hortícolas e das pastagens-forragens, que nem de longe ocupam as áreas que poderiam ser utilizadas. E, por outro lado, poderá ser ainda substancialmente aumentada a produção de carne, de leite e seus derivados e de ovos, sectores produtivos onde se têm registado alguma melhoria.

Não restam dúvidas de que a agricultura portuguesa terá de percorrer um longo caminho para responder às necessidades alimentares da população. Para tal, não se pode esquecer que os programas de educação e a criação de serviços de extensão rural, são condições indispensáveis para levar a água ao moinho: encontrar um rumo certo para a economia portuguesa, a partir da agricultura e da indústria e não apenas da segunda componente.

Subsídios a instituições de saúde

A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu recentemente mais alguns subsídios, no valor global de quase vinte e três mil contos, a instituições de saúde de Lisboa, Porto e Coimbra.

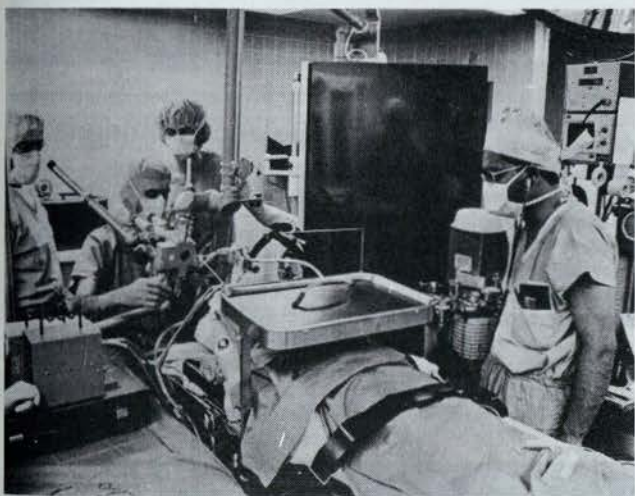
A verba mais avultada (sete mil e quinhentos contos) foi atribuída aos hospitais centrais, distritais e especializados no tratamento de doenças oncológicas, com o fim de os auxiliar na instalação de uma consulta para diagnóstico precoce de doenças oncológicas.

Além disso, ao Hospital de Santo António do Porto e aos Hospitais da Universidade de Coimbra foram destinados subsídios (cerca de seis mil contos para cada instituição) para compra de equipamentos a utilizar no estudo da função pulmonar e na preparação do respectivo pessoal. Este equipamento electrónico computadorizado, possibilitará diagnósticos correctos e permitirá tratamentos mais eficazes, contribuindo, assim, para

a prática de uma medicina de rotina de boa qualidade e beneficiando os doentes de todo o País que acorrem àqueles hospitais.

Ao Hospital de Santa Maria, de Lisboa, foi concedido um subsídio de dois mil e quinhentos contos, para aquisição de equipamentos para o serviço de urgência, por onde passam menalmente cerca de vinte mil doentes.

Por último, foi atribuído um subsídio (quase setecentos contos) à Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição, do Porto, para aquisição de diverso equipamento indispensável à instalação da primeira unidade cirúrgica que vai utilizar no nosso país o «Bisturi Óptico Laser CO2». Com esta inovação introduzida pela moderna tecnologia na prática cirúrgica, será possível fazer intervenções cirúrgicas através do endoscópio, sem necessidade de se abrir o organismo, e remover pequenas lesões, sem prejuízo dos tecidos adjacentes.



O «Bisturi Óptico Laser CO2»

Serviço Nacional de Saúde

O Ministério dos Assuntos Sociais assumiu o compromisso de criar o Serviço Nacional de Saúde e de o implantar ainda este ano nos distritos de Vila Real, Guarda, Beja e Bragança. Estas áreas funcionarão como regiões-piloto, para ensaio da experiência que mais tarde será alargada a todo o País.

Foi já constituído um grupo de trabalho para elaborar um diploma legal contendo as bases

jurídicas, técnicas, administrativas e financeiras, a propor à discussão pública e à apreciação de todas as pessoas ou entidades interessadas.

No prazo de cinco meses deverá ser promulgada essa lei de base, para que até ao fim do corrente ano o Serviço Nacional de Saúde possa começar a funcionar nos distritos acima mencionados.

Estradas nacionais

No triénio de 1978-1980, o plano de empreitadas a adjudicar pela Junta Autónoma das Estradas (JAE) atinge o valor de 18 milhões de contos, verba que se destina à construção ou reparação de quase quatro mil e quinhentos quilómetros de estradas nacionais, pontes, viadutos e acessos.

Estes números foram divulgados pelo presidente da JAE, Almeida Freire, numa reunião com os empreiteiros de estradas e pontes, durante a qual se fez uma análise da situação da rede, dos trabalhos realizados e daqueles que se planeia realizar nos próximos anos.

Almeida Freire deu a conhecer nesse encontro que, segundo o Plano Rodoviário em vigor, as estradas nacionais que se encontram sob a responsabilidade da JAE têm uma extensão de mais de 18 mil quilómetros e que, em Setembro do ano passado, o seu estado era o seguinte: quase 7500 km em bom estado, um pouco mais de 7000 km em estado regular e quase 4000 km em mau estado. Até ao fim do ano transacto, havia 2500 km de estradas para pavimentar, remendar, reconstruir ou construir de raiz e 13 pontes, obras que ascendiam ao valor global de 900 mil contos.

O PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Acrescente-se que, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional, que data de 1945, existem 18 528 km de estradas nacionais, 13 298 km de estradas municipais e 10 107 km de caminhos florestais. Ao primeiro total deve juntar-se mais 2069 km ainda por construir, chegando-se assim aos 20 597 km que a rede nacional deveria possuir. Nos últimos 32 anos apenas se construíram cerca de 2000 km, pois havia já 16 430 km em 1945.

PROGRAMA PARA 1978/79

Para o ano em curso, a JAE tem programado a construção de 232 km de E. N. e outras obras de menor importância (756 km) no valor de quase quatro milhões de contos, que serão distribuídos pelas seguintes empreitadas: variantes de Lisboa e de Tondela; troços de Mação-Fratel, Amarente-Vila Real, Paredes-Penafiel, Miramar-Ma-

ceda e Leiria-Runa; a via rápida Coima-Barreiro e o anel de Coima-Moita-Montijo, entre outros.

Para o ano de 1979, prevê-se a construção dos seguintes lançamentos de estradas (total de 354 km), além de obras de menor importância: troços de Lamego-Vila Real, Alcanena-Abrantes, Abrantes-Mação, Ermesinde-Paredes, Paredes-Penafiel, Vila Real-Mirandela, Viseu-Guarda, Guarda-Vilar Formoso e algumas pontes importantes como as de Marateca, Barcelos, Rata e Carvoeiro.

4400 KM DE ESTRADAS

No seu conjunto, o plano de empreitadas a adjudicar pela JAE para o triénio de 1978-1980, (cerca de 4400 quilómetros de estradas nacionais, no valor global de dezoito milhões de contos) vai ao encontro das necessidades das zonas menos apetrechadas em vias de comunicação, sem descurar as zonas com maior intensidade de tráfego: a estrada nacional Lisboa-Porto, a de Aveiro-Vilar Formoso (para servir a fronteira luso-espanhola), a da Beira e os acessos ao Algarve.

Também ficará a cargo da JAE, nos próximos dois anos, o Plano de Viação Rural que prevê a execução de 128 lances de estrada num total de 600 mil contos.

Neste momento, o grande problema que se põe, segundo Almeida Freire, é saber se os empreiteiros se encontram técnica e financeiramente preparados para tão grande volume de obras, pois em três dezenas de anos, apenas foram chamados a executar dois mil quilómetros de estradas.



Eng. Almeida Freire, presidente da Junta Autónoma das Estradas

Electrificação no nordeste

A região nordeste do país, mais concretamente, a província de Trás-os-Montes, que é certamente das mais carecidas dos benefícios da luz eléctrica, recebeu no final do ano passado, um valioso contributo para a resolução deste problema.

Assim, depois de iniciada pela EDP (Electricidade de Portugal) a «Operação Trás-os-Montes», entre Setembro e Dezembro de 1977, foram montados 138 quilómetros de linhas MT (média tensão) e ligados 86 postos de transformação. Depois disso, já no decorrer deste ano, foram colocados mais 30 km de linhas e estão na fase final de acabamento mais outros 30 km.

No total, com estes trabalhos efectuados por catorze brigadas, foi possível fazer a ligação de energia eléctrica a 103 povoações.



Principais sociedades em Portugal

Segundo elementos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, apenas oito das 192 principais sociedades anónimas do País, se situam fora da faixa litoral. Esta proporção que foi depois analisada na revista «Finisterra», editada pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, vem confirmar o desequilíbrio existente no desenvolvimento entre o litoral industrializado e o interior montanhoso, tradicionalmente dedicado às actividades agrícolas. No ano de 1974, por exemplo, apenas 4,2 por cento das grandes sociedades se encontravam localizadas no interior do País e quatro delas situavam-se no triângulo industrial Abrantes-Tomar-Torres Novas.

Ao longo do litoral, de Braga a Setúbal, são bem patentes as concentrações industriais, com

particular relevo para os dois maiores blocos e centros de decisão empresarial de todo o País: Lisboa e Porto. A maior concentração verifica-se na cintura industrial de Lisboa (Sacor, CUF, Lisnave, Cervejas, Tabaqueira, Standard Eléctrica, Setenave, Sorefame, Fisipe, Equimetal, Petroquímica), com 109 sedes de empresas, ficando o Porto muito aquém deste número (12 sedes de empresa). A capital é também o maior centro no sector de serviços, com 76,9 por cento das grandes sociedades comerciais e 61,6 por cento dos transportes.

Se analisarmos as receitas das sociedades, a supremacia dos dois grandes centros citados é ainda maior: Lisboa tem 69 por cento das receitas totais (e 56,8 por cento das sedes) enquanto o Porto apenas dispõe de 7,3 por cento das receitas (e de 6,3 das sedes). O mesmo se passa com as receitas do comércio: pertencem a empresas de Lisboa, quase 90 por cento das receitas totais das maiores sociedades do ramo comercial (de automóveis, supermercados, importadores-exportadores, electrodomésticos). Nos transportes, o valor das receitas é menos significativo, pois o resultado da TAP (43 por cento das receitas) pesa bastante no total (91,5 por cento).

Importações/Exportações em 1977

No ano findo (1977) o comércio português registou um saldo negativo de 112 milhões de contos, que resultam da diferença entre o que importámos e exportámos, ou seja, quase cento e noventa milhões de contos e setenta e sete milhões de contos, respectivamente.

Segundo os elementos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, as importações de bens alimentares (trinta e quatro milhões de contos), os minerais (quase trinta e um milhões) e as máquinas, aparelhos e material eléctrico (trinta milhões) foram as que mais pesaram no saldo negativo, seguindo-se os produtos das indústrias químicas (vinte e cinco milhões) e os metais comuns e suas obras (vinte e três milhões de contos).

No capítulo das exportações, o primeiro lugar foi ocupado pelos têxteis e confecções, calçado, peles e couros (vinte e três milhões de contos), seguindo-se os produtos de madeira, cor-

tiça e papel (catorze milhões), os produtos alimentares (treze milhões) e as máquinas, aparelhos e material de transporte (onze milhões e meio).



Produção de leite

No terceiro trimestre de 1977, a produção de leite para consumo registou um reduzido crescimento (10 por cento), em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a produção de manteiga, no mesmo trimestre, aumentou em 62,6 por cento e a de queijo e derivados do leite, 11 e 66 por cento, respectivamente.

A produção de manteiga subiu de 1350 toneladas (em 1975) para mais de duas mil toneladas (em 1977). Neste ano aumentou sensivelmente nas mesmas proporções, a produção de queijo (doze mil toneladas) e dos derivados do leite (doze mil toneladas), enquanto a produção de leite para consumo subiu de 276 milhões de litros (em 1975) para apenas 370 milhões, em 1977.



Exportação de calçado

A exportação de calçado nacional ultrapassou em 1977, os seis milhões de pares, no valor de mais de um milhão e setecentos mil contos, o que, em comparação com a exportação do ano anterior, representa um aumento de quase um milhão e meio de pares e de mais de setecentos mil contos.

Os principais países compradores foram a Noruega (mais de quatrocentos mil contos), a União Soviética (quase duzentos mil contos), e a Inglaterra, a Suécia, a Dinamarca, a República Federal Alemã e Angola (com compras no valor de cerca de 4 por cento e cinquenta mil contos, cada).

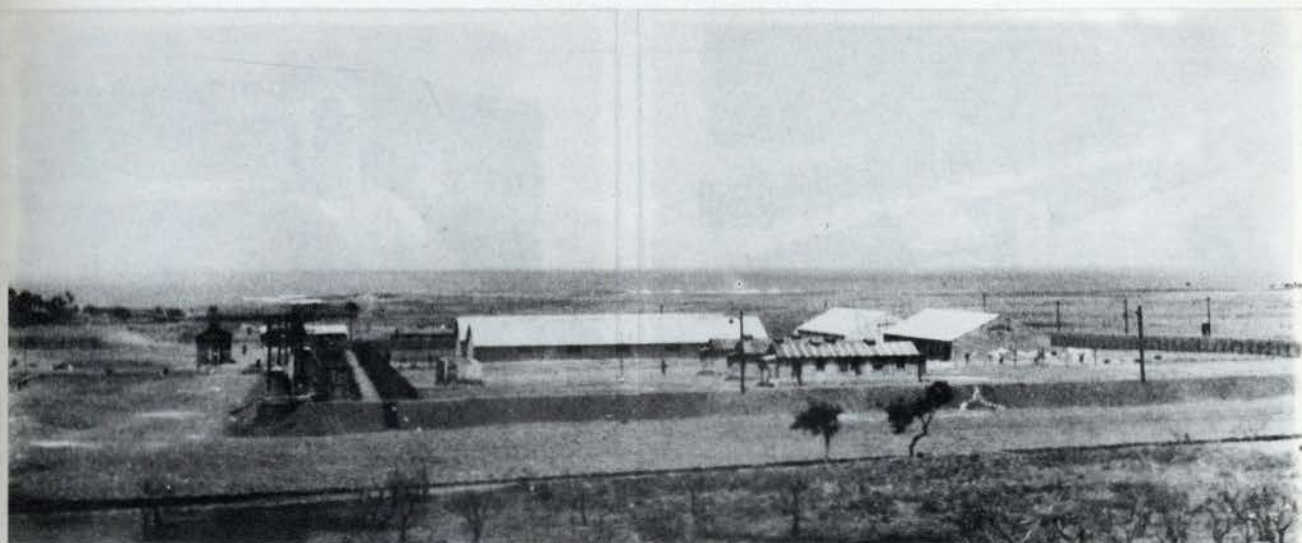


Balança comercial

No ano findo, a balança comercial do País registou um saldo negativo de mais de 112 milhões de contos, o que representa o maior saldo negativo verificado até agora. Em comparação com os últimos anos, tal subida é particularmente notória: assim, em 1974, o saldo negativo foi de quase 56 milhões de contos, em 1975, cerca de 48 milhões; em 1976, de 73 milhões e em 1977, o mesmo saldo negativo subiu acentuadamente para mais de cem milhões de contos.

O défice mais elevado verifica-se nas trocas com a República Federal da Alemanha, em que o saldo negativo registado é de quase catorze milhões e meio de contos, valor ainda mais alto do que com os Estados Unidos (14 milhões e 243 mil contos). Seguem-se os défices com a França (mais de nove milhões de contos), com o Iraque (quase oito milhões), com a Espanha e a Itália (cerca de sete milhões e meio, cada), situando-se depois a Arábia Saudita e o Japão (com seis milhões e meio, cada).

HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO TARRAFAL



Vista geral do «campo da morte lenta» do Tarrafal (foto de 1936)

Dezenas de milhar de pessoas incorporaram-se, em Lisboa, no cortejo fúnebre das vítimas do Tarrafal, que, atravessando a cidade, se dirigiu para o cemitério do Alto de S. João.

As urnas, contendo os restos mortais de trinta e dois antifascistas, estiveram em câmara ardente na Sociedade Nacional de Belas-Artes e desfilaram pelas ruas de Lisboa, num cortejo que foi acompanhado por muitas figuras da vida política nacional, que se integraram na multidão que prestou uma impressionante homenagem àqueles que caíram para sempre no antigo presídio existente em Cabo Verde. Durante mais de três horas e debaixo de chuva, o cortejo foi passando pelas Avenidas da Liberdade e Duque de Loulé, Praça do Saldanha, Praça do Chile e Rua Morais Soares, movendo-se lentamente e engrossando à medida que se aproximava do cemitério. Conforme determinação anterior da comissão promotora da cerimónia, não se viu no cortejo nenhuma bandeira de qualquer partido. Alguns acompanhantes levaram, no entanto, dísticos com as legendas «Fascismo nunca mais», «Tarrafal nunca mais», e «Honremos as vítimas do fascismo», tendo a multidão gritado, durante o longo percurso, as palavras de ordem impressas nesses dísticos.

Entre as personalidades que se integraram no cortejo, distinguiram-se o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, membros do Conselho da Revolução (Costa Neves, Pezarat Correia e Martins Guerreiro) e os ministros Almeida

Santos e Santos Pais, bem como os secretários de Estado João Gomes e Monteiro Diniz.

O Partido Socialista encontrava-se representado por Manuel Alegre, Catanho de Meneses, Marcelo Curto, Arons de Carvalho e António Guterres e o Partido Comunista fez-se representar por uma delegação do seu Comité Central, constituída por Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Dias Lourenço e Domingos Abrantes, que desfilaram logo atrás da viatura que transportava a urna de Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP entre 1929 e 1942.

«SÓ FOI POSSÍVEL PORQUE EXISTIU O FASCISMO»

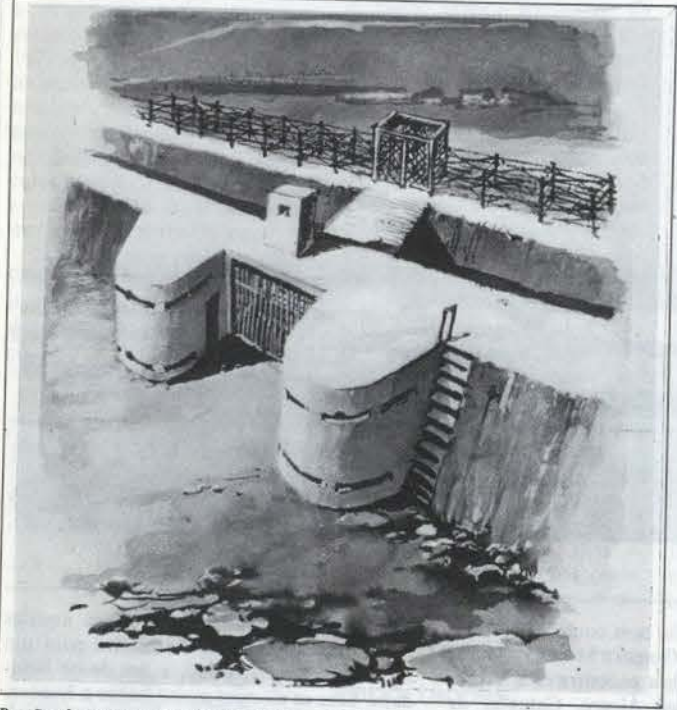
Diante do monumento erguido no cemitério do Alto de S. João e em nome de todos os que caíram no «campo da morte lenta», usou da palavra João Faria Borba, ex-presos político, com dezassete anos passados na Colónia Penal do Tarrafal. Na sua breve alocução, João Faria Borba começou por lembrar a promessa feita há muitos anos, quando naquele campo morreram os primeiros homens para lá enviados pela polícia de Salazar: que um dia seriam transportados para Portugal, os restos mortais dos que ali morressem, vítimas do fascismo. E prosseguiu dizendo: «Ao pensarmos assim, não o fazíamos por uma mera questão sentimental, mas porque já então considerávamos justo e politicamente significativo, que todos os portugueses pudessem prestar

homenagem na sua própria terra àqueles que o fascismo salazarista atirara para um insalubre clima africano, a fim de os liquidar». Sem se alongar muito sobre a história do Campo do Tarrafal, João Borba lembrou que Salazar para ali mandara os operários da greve revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, os marinheiros da revolta de 8 de Setembro de 1946 e diversos trabalhadores e intelectuais antifascistas. Depois de acentuar as terríveis condições prisionais a que estiveram submetidos todos os que passaram pelo campo de concentração do Tarrafal, João Borba referiu ainda o largo leque político das pessoas deportadas para aquela prisão, acrescentando que a criação do «Campo da morte lenta», tristemente célebre, «só foi possível porque existiu o fascismo». A terminar, João Borba afirmou: «A melhor homenagem que podemos prestar às trinta e duas vítimas a quem vamos agora dar o último repouso, será continuar a luta, não deixando perder aquilo por que eles morreram: a liberdade, a democracia e a independência nacional. Os antifascistas presos no Tarrafal — comunistas, socialistas, anarquistas, republicanos e sem partido — souberam unir-se e a nossa união foi factor decisivo da nossa sobrevivência. Devemos tomar o exemplo desta unidade para a a defesa das liberdades hoje ameaçadas outra vez pelos saudosistas do passado».

Milhares de pessoas desfilaram, entretanto, perante o ossário-monumento que é constituído por um grande cubo de mármore negro, que contém as trinta e duas urnas, por ordem alfabética.

Tarrafal: "Campo da morte lenta"

Desenhos de Rogério Amaral — extraídos do livro «Tarrafal / Testemunhos», publicado pela Editorial Caminho — reconstituindo alguns aspectos do tenebroso campo de concentração



Portão de entrada com fortins para sentinelas



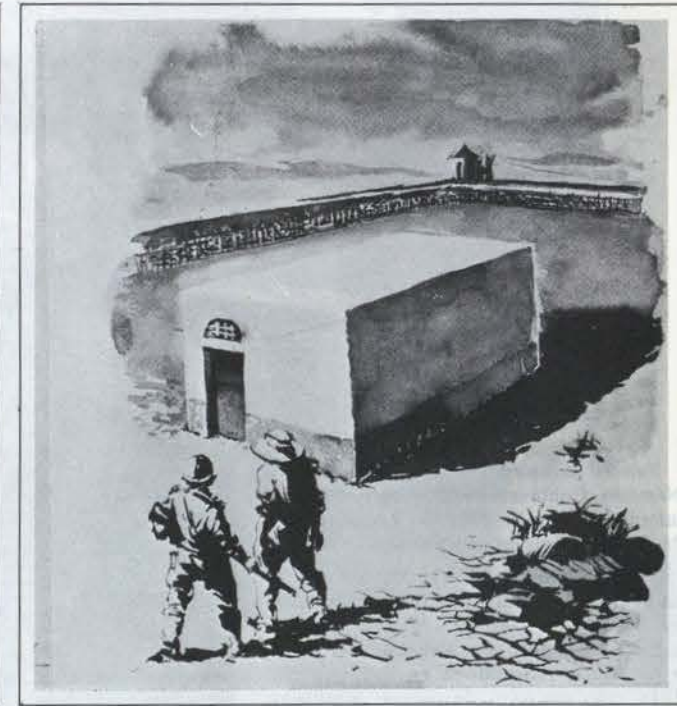
Muralla que circundava o campo, encimada por uma guarita de vigia



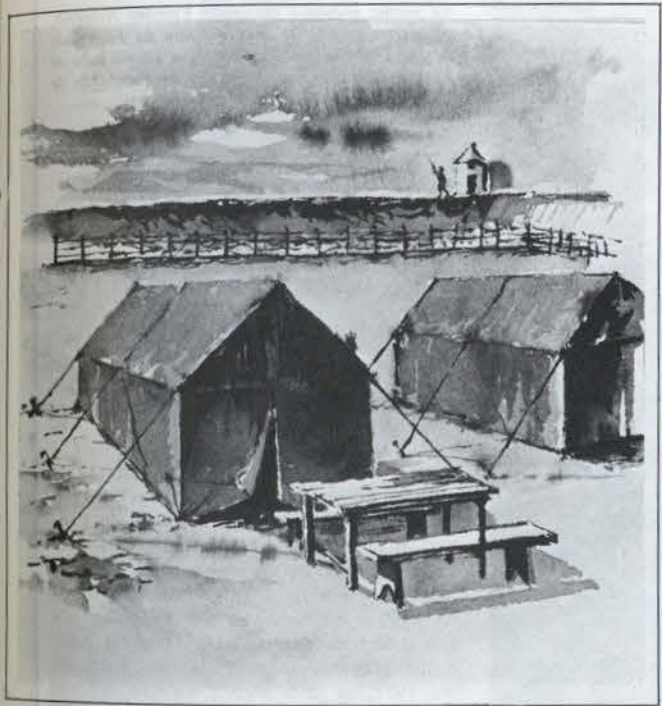
Campas do cemitério do Tarrafal (foto cedida pela URAP)



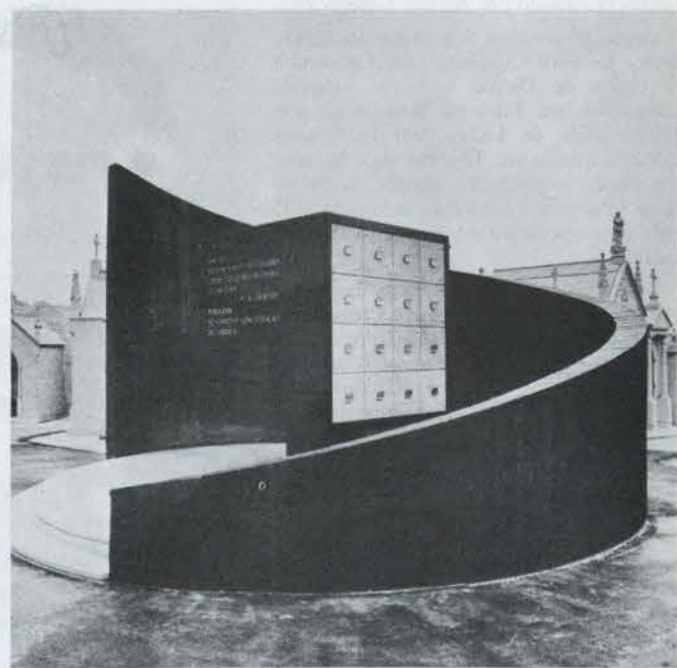
Alguns sobreviventes do Tarrafal junto das urnas contendo os restos mortais das vítimas do «campo da morte lenta»



A tristemente célebre «frigideira» — que constituía um autêntico forno — onde os prisioneiros eram encarcerados, suportando temperaturas qüissimas



Barracas de lona destinadas aos prisioneiros.



Ossário-monumento no cemitério do Alto de S. João

MORREU VITORINO NEMÉSIO

Memórias de Augusto Aguiar — extrato de "O Livro da Espéssura" — publicação publicada pela Associação Cultural — reconstituição alguns aspectos da vida do escritor sempre de documentação

14

Faleceu o escritor e ensaísta Vitorino Nemésio. Contava 77 anos e encontrava-se internado num hospital de Lisboa desde 26 de Dezembro do ano passado.

Vitorino Nemésio Mendes Martins nasceu na Praia da Vitória, Ilha Terceira, Açores, em 19 de Dezembro de 1901. Fez os seus estudos secundários em Angra do Heroísmo e na Horta, estreando-se na literatura em 1916, com um livro de poemas intitulado «Canto Matinal», quando contava apenas 15 anos de idade. Em 1924, já em Lisboa, publica «Paço de Milhafre», um livro de contos prefaciado por Afonso Lopes Vieira.

Depois de concluir os seus estudos secundários foi para Coimbra, onde frequentou os cursos de Direito e Letras, vindo a licenciar-se em Filologia Românica, pela Universidade de Lisboa, em 1931, após um curso brilhante. Foi, em seguida, contratado como professor auxiliar da Faculdade de Letras, doutorando-se ali em 1935 com uma tese sobre «A mocidade de Herculano».

Tendo residido durante algum tempo em França, como bolseiro, foi encarregado do curso de Língua Portuguesa na Universidade de Montpellier. As conferências notáveis que proferiu, em 1935, nas Universidades de Paris, Toulouse e Bordéus foram reunidas no volume «Études Portugais», publicado pelo Instituto de Alta Cultura (1938). Foi também mestre de conferências e professor agregado da Universidade de Bruxelas.

Vitorino Nemésio foi, de 1956 a 1959, director da Faculdade de Letras de Lisboa e, em 1958, professor visitante da Universidade da Baía. Realizou, em 1957, conferências no Instituto Católico de Paris e nas Universidades de Ceará, Pernambuco e Pará, no Brasil, e a convite da British Council, nas Universidades de Londres,



Na página à direita em cima: Vitorino Nemésio, ao prestar provas de doutoramento na Faculdade de Letras de Lisboa; em baixo: a última aula de Vitorino Nemésio, no anfiteatro da Faculdade de Letras de Lisboa

Liverpool e Oxford. Pertencia, desde 1957, à Academia das Ciências de Lisboa. Em 1959 foi nomeado director do Instituto de Cultura Brasileira, na Faculdade de Letras de Lisboa. Paralelamente a esta sua actividade, Vitorino Nemésio manteve durante anos, na RTP, o programa «Se bem me lembro...» que o tornou familiar ao público em geral e lhe granjeou larga audiência. Jubilado em 1971, os seus alunos e colaboradores publicaram, em sua homenagem, uma miscelânea de estudos. Em 1973, foi-lhe concedido o «Prémio Montaigne», importante galardão internacional. Foi nomeado em 1977, pelo secretário de Estado da Cultura, para coordenar as manifestações do centenário de Alexandre Herculano.

Em 1944, o seu romance «Mau Tempo no Canal», provocou grande polémica da crítica e obteve o «Prémio Ricardo Malheiros» da Academia de Ciências de Lisboa.

Eis alguns dos títulos das obras que publicou: «Varanda de Pilatos» (romance), em 1927; nos anos 30 publicou um volume de ensaios, «Sob o signo de Agora» (1933); «A mocidade de Alexandre Herculano», 1934; «La voyelle promise», 1935; «Isabel de Aragão, Rainha Santa», 1937; «A Casa Fechada» (novelas), em 1938. Seguiu-se «Eu Comovido a Oeste» em 1940. À sua obra acrescentam-se os livros de poemas «Festa Redonda» (1950), «Nem Toda a Noite a Vida» (1952), «O Pão e a Culpa» (1955), «O Verbo e a Morte» (1959), «O Cavallo Montado» (1962), «Andamento Holandês e Outros Poemas» (1963) e «A Sapateia Açoriana», em 1976.

A perda de Vitorino Nemésio deixa incontestavelmente mais pobre o património cultural português, já porque foi um dos seus maiores vultos contemporâneos, já porque lugares como o que ele deixou vazio dificilmente são ocupados.

TEATRO
DOS ESTU
DE COIM
EZ 40



ESTRELA D'ALVA

REVISTA LITERÁRIA, ILUSTRADA E NOTICIOSA

ANGRA DO HEROÍSMO, 1 DE JUNHO DE 1916

PROPRIETÁRIO E ADMINISTRADOR

Manuel Joaquim de Andrade

DIRECTOR

VITORINO NEMÉSIO

EDITOR

João Cardoso Coelho Júnior

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TIPOGRAFIA — RUA LISBOA, 111 E 113

A NOSSA REVISTA

Desponta a *Estrela d'Alva* no horizonte brumoso da actualidade.

É que, no nosso meio, de há muito se faz notar a falta duma publicação puramente literária, que cultive um pouco a ciência da estética.

Os momentos psicológicos da alma humana obedecem, desde tempos imemoriais, à mágica influência da arte.

Diligenciemos, pois, sacrificar na ara dessa deusa a flor branca do sentimento que nos viceja no peito. Leiamos e escrevamos algo de emocionante, algo de artístico.

As concepções que fazem vibrar as cordas do coração tam bem as traduz o escopro rude do pedreiro como o delicado cinzel do escultor. A idea sublime do Belo tanto existe no cérebro dum cavador como no estro dum poeta. Há na quasi totalidade dos seres humanos o diamante que se quer ver engastado no diadema fulgente do Ideal.

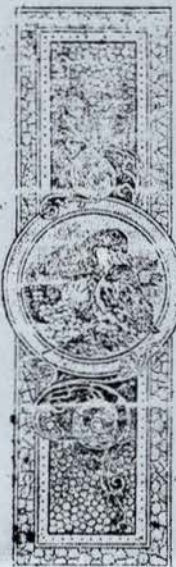
Isto considerado, evidencia bem o *desideratum* que desejamos alcançar, publicando esta revista. Confessada a nossa incompetência para tal espinhosa empresa, seja-nos a temeridade relevada pela boa vontade que nos anima.

As projecções luminosas da *Estrela d'Alva* serão emitidas pelas composições inspiradas a uma pléiade ilustre de sentimentalistas por estas nove estâncias de arminho, onde, em sebes e boninais em flor, as fadas sorriem e cantam idílios, idealizando poemas de amor ao ritmo melódico das águas que se esvaem em rendas de neve.

Os seus pálios latejos serão, outrossim, produzidos pelos principiantes, com a pena verde da esperança que alenta a mocidade, «a branca flor de giesta.»

Celebremos no altar da Beleza que Ruskin evangelizou. O ideal filosófico do pre-rafaelismo quer a Natureza na sua fase primitiva. Que no Mundo impere sómente o amor—deve ser o almejo de todos. Então a superficie terráquea será o pavimento, e o céu a cúpula dum augusto templo consagrado a Vesta, onde persistirá a chama ardente da Pureza—alvo dos olhares de quem ama. Deus há de abençoar essa união universal! e ficará plenamente satisfeito com a sua obra imensurável. Deus, que é o Bom por excelência, há de sorrir na serenidade imaculada do Anil, pelos lábios de quantas estrelas gavitam, enviando à Terra beijos eléctricos.

Sintetisa os sentimentos igno-



«Fac-simile» do primeiro número de «Estrela d'Alva», «revista literária, ilustrada e noticiosa» dirigida por Vitorino Nemésio e editada em Angra do Heroísmo

«LEGIÃO DE HONRA» DO GOVERNO FRANCÊS

A França decidiu conceder a Vitorino Nemésio o grau de Oficial da Legião de Honra. As respectivas insignias foram entregues pelo embaixador francês aos filhos do condecorado, em cerimónia realizada em Lisboa, recentemente. A alocação do embaixador da França revelou a profunda admiração daquele país para com a figura do insigne homem de letras, que foi, durante vários anos, presidente da «Alliance Française» de Portugal, para cujo desenvolvimento contribuiu de uma maneira importante. Entre as várias declarações do embaixador de França salientamos que o Governo deste país, ao atribuir tão alto galardão a Vitorino Nemésio, quis prestar «home-

nagem a um escritor que ilustrou a cultura portuguesa do século XX com um brilho sem precedentes».

CONDOLÊNCIAS DO PRIMEIRO-MINISTRO

Por seu turno o Primeiro-ministro, Mário Soares, dirigiu aos filhos de Vitorino Nemésio o seguinte telegrama:

«Em nome do Governo a que presido e no meu próprio, desejo exprimir o mais profundo pesar pelo desaparecimento do vosso pai. Vitorino Nemésio foi figura ímpar de intelectual, arraigado defensor dos valores açorianos e vulto cimeiro das letras pátrias e da cultura do nosso tempo.»

BANDEIRA A MEIA HASTE NA ILHA TERCEIRA

A ilha Terceira esteve de luto pela morte de Vitorino Nemésio, um dos seus naturais de que mais se orgulhava. A bandeira nacional esteve, pois, a meia haste no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, vila natal do escritor.

VOTO DE PESAR EM ANGRA DO HEROÍSMO

Também a Câmara de Angra do Heroísmo teve a bandeira nacional a meia haste, exarando-se em acta da reunião da edilidade um voto de pesar pela morte do escritor.

«VITORINO NEMÉSIO: NOME DE RUA NA PRAIA DA VITÓRIA

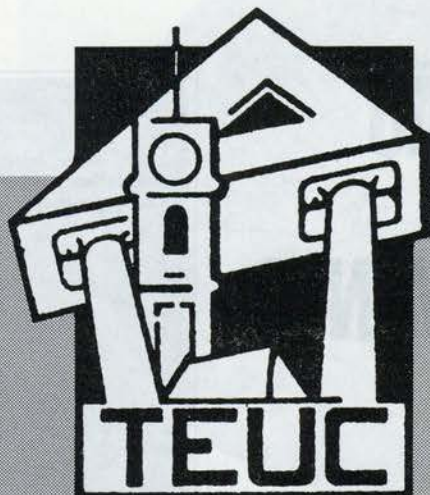
A Câmara Municipal de Praia da Vitória, na Ilha Terceira, associando-se às inúmeras manifestações de homenagem à obra e à memória de Vitorino Nemésio, decidiu dar o nome de «Rua Professor Vitorino Nemésio» à artéria onde nasceu e viveu este seu ilustre filho. Da sua terra natal escreveu Nemésio, em 1956: «A Praia, para mim, é a torre da Câmara e o seu relógio inerte e sedativo (...). Foi essa a Câmara que decidiu agora gravar, para a posteridade, o nome do escritor numa das suas artérias.

PROGRAMA-HOMENAGEM NA RTP/AÇORES

Integrando-se no grande movimento de homenagem a Vitorino Nemésio, a Radio-televisão apresentou, nos Açores, um programa especial dedicado à memória deste lídimo filho do arquipélago.

Para além de um filme sobre a vida e a obra do autor de «Mau Tempo no Canal», rodado há algum tempo em Lisboa e com a duração de 45 minutos, a RTP transmitiu uma mesa-redonda, coordenada por Armando de Medeiros. No debate participaram um professor catedrático da Universidade de Lisboa, Luis Lindley Cintra, e dois catedráticos do Instituto Universitário dos Açores, José de Almeida Pavão e António Machado Pires. Por seu turno, o matutino «Açores» publicou uma página especial dedicada a Nemésio, considerado o principal escritor açoriano do século XX.

TEATRO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA FEZ 40 ANOS



*Símbolo
do TEUC*



Prof. Paulo Quintela, fundador e principal impulsionador do «Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra» (TEUC)

«As comemorações do 40.º aniversário do TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra) decorrerão sob o signo da justa homenagem ao prof. Paulo Quintela, seu fundador, director artístico e uma das mais prestigiosas figuras no meio intelectual deste país», revelou o actual conselho directivo daquele grupo cénico no decurso de uma conferência de imprensa, realizada nas instalações académicas de Coimbra e que foi presidida pelo prof. Paulo Quintela, estando também presentes o prof. Luís Albuquerque, sócio honorário, e o dr. José Barata, actual director artístico do TEUC.

Fundado em 1938, ainda como secção do «Fado Académico da Universidade de Coimbra», o TEUC dedicou-se desde o início à divulgação da obra de Gil Vicente, estando posteriormente presente em todas as «Delfiadas» (festivais internacionais de

teatro universitário), chegando mesmo a ser o próprio grupo a organizar a sétima edição (1961) destes certames em Coimbra, a qual coincidiu com a inauguração do Teatro Gil Vicente. Mais tarde, o TEUC criou um grupo de fantoches, que ainda se mantém em actividade, e foi responsável pela fundação da Associação Portuguesa de Teatro de Amadores em 1973/74.

Do vasto plano das comemorações do 40.º aniversário do TEUC, destacam-se a inauguração de uma exposição retrospectiva da vida e obra daquele grupo cénico e a Semana Internacional de Teatro Universitário, que decorrerá entre 22 e 31 de Maio, com a participação de agrupamentos teatrais de sete países estrangeiros e de outros grupos do teatro universitário português que na altura se encontrem em actividade.

No plano das comemorações está ainda integrada a publicação de vários boletins

de teatro e um jantar de homenagem ao prof. Paulo Quintela e de confraternização entre antigos e actuais elementos do TEUC, previsto para 24 de Junho.

Durante quarenta anos o TEUC foi o pioneiro de todas as manifestações de autêntica divulgação teatral de autores portugueses e estrangeiros que antes estavam arredados do palco. Algumas notáveis figuras do nosso meio cultural e teatral passaram pelo grupo, constituindo, após a aquisição de prestigiosa aprendizagem, centros de teatro amador noutras cidades e regiões do País.

Este 40.º aniversário será, pois, uma justa homenagem ao prof. Paulo Quintela, promotor de um grupo que se soube pôr ao serviço da cultura popular e que constituiu, nos anos mais pobres do teatro português, um baluarte quase único no País.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO BRASIL

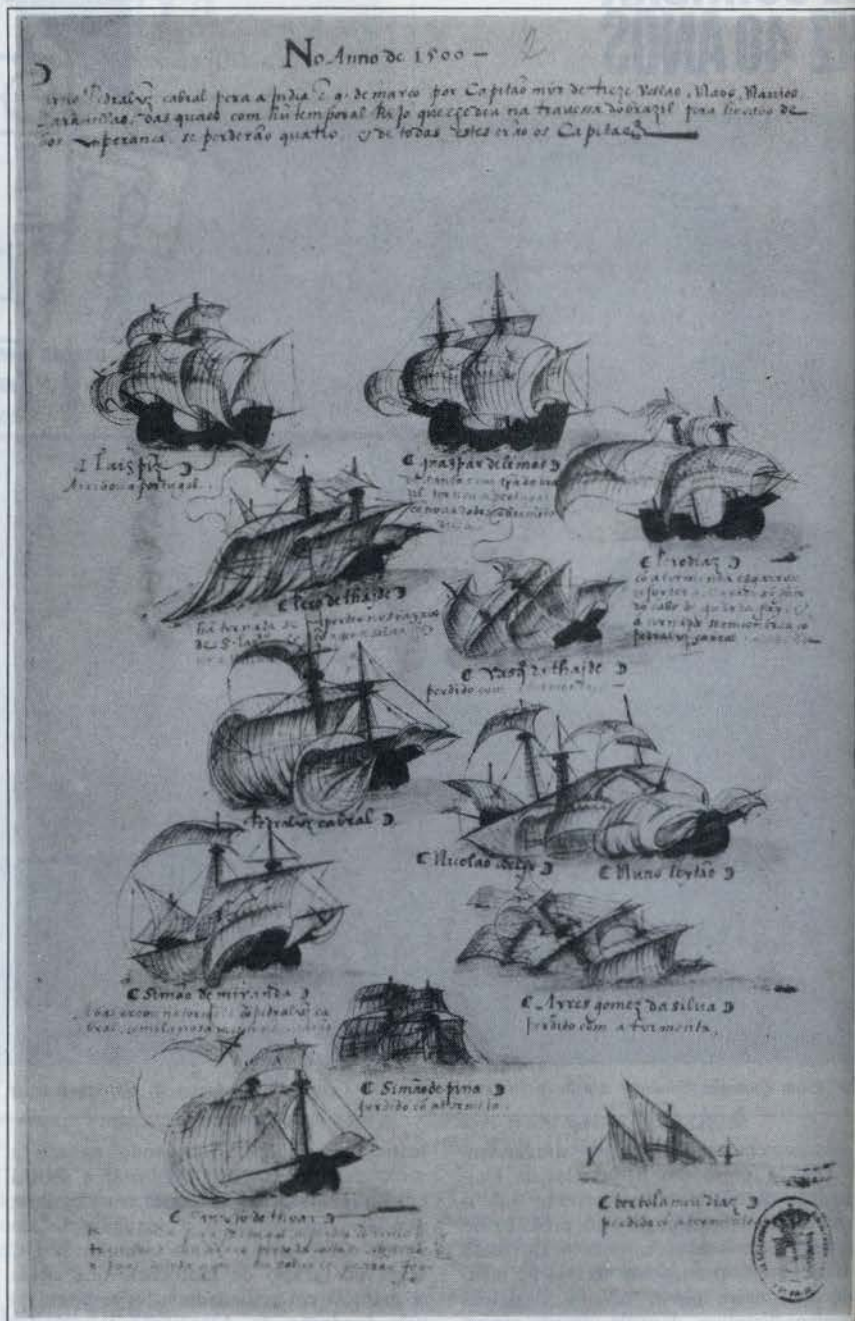
A famosa carta de «achamento» do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha a D. Manuel I, onde se comunica oficialmente a notícia do triunfo da expedição de Pedro Álvares Cabral, pelo extraviou ou destruição dos documentos de maior realce histórico, constitui a prova de facto e de direito da descoberta das terras de Santa Cruz.

Pero Vaz de Caminha, inclito cronista, forjado na geração de narradores judiciosos da estirpe de Fernão Lopes, revela a cultura de naturalista, a que não era estranha a visão do mundo e da sociedade tão belamente expressa nos retábulos dos mestres quatrocentistas da nossa pintura. O documento de Pero Vaz de Caminha, que se refere ao período de 25 de Abril a 1 de Maio de 1500 é, pois, a coeva certidão de nascimento do Brasil.

Acima de qualquer dúvida para a autenticidade «descritiva» de que a carta é porta-voz, resistindo às mais meticulosas análises. Do relato ressalta a veracidade pitoresca, sob a forma epistolar que a torna depoimento etnográfico sobre costumes, alimentação, habitação, indumentária e regime comunitário dos Tupiniquim, habitante das regiões do litoral, compreendidas nas futuras capitânicas dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Pedro Álvares Cabral dispôs de sagaz cronista na sua armada, dotado de austero carácter e escrupuloso ofício; e a futura grande nação brasileira, essa, dispôs de notabilíssimo historiador para inaugurar a primeira página da História do Brasil.

«PRIMEIRO DIA DE MAIO DE 1500»

A quase totalidade da carta é dedicada à descrição dos habitantes, e infunde surpresa a longa série de seguras informações apuradas e transmitidas pelo perspicaz nar-



rador. Da carta de Pero Vaz de Caminha — em virtude da sua extensão — transcrevemos os períodos finais que revelam limpidamente as incomparáveis virtualidades do cronista e toda a sua profunda emoção perante a terra e suas gentes:

«Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o Sul vimos, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras,

umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender os olhos podíamos ver senão terra e arvoredos (...).

«(...) Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lho vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre-Douro e



Aquilino Ribeiro Machado, presidente da CML, entrega o «Prémio da Cidade de Lisboa» à escritora Maria Velho da Costa



«Fac-símiles» do primeiro número do «Jornal do Exército»



Desfile dos «meninos da Luz»

Prémio da Cidade de Lisboa

No salão nobre dos Paços do Concelho, Câmara Municipal, foi entregue à escritora Maria Velho da Costa o «Prémio da Cidade de Lisboa», atribuído ao seu romance «Casas Pardas». O prémio foi recentemente instituído por iniciativa conjunta do Município e da Associação Portuguesa de Escritores, sendo agora atribuído pela primeira vez.

Aniversário do «Jornal do Exército»

A publicação mensal «Jornal do Exército», órgão de informação, cultura e recreio do Exército português, comemorou o seu 19.º aniversário. Esta revista, relevante contributo para a história e investigação dos antecedentes das nossas Forças Armadas, constitui, antes de tudo, elo de comunicação informativa e formativa entre as diversas Unidades militares do continente e ilhas, reúne periodicamente informações diversas de carácter militar, sobre as datas, factos e figuras mais notáveis da vida nacional, legislação de interesse militar, noticiário sobre exercícios e manobras militares, promoções, provimento de altos cargos, serviços sociais, assim como

assuntos culturais e informação desportiva. À prestigiosa revista endereçamos os votos de continuação dos serviços relevantes que tem vindo a prestar ao Exército português, na senda de «bem cumprir» que a tem caracterizado. O endereço da revista é o seguinte: Largo da Graça, 94/Lisboa-2.

175.º aniversário do Colégio Militar

No dia 3 de Março de 1803 o Marechal Teixeira Rebelo fundava, no Forte de S. Julião da Barra, o Colégio Militar. Hoje, passados 175 anos desde a sua fundação, os actuais alunos do Colégio dignificaram, não só o seu fundador, mas também as actividades do Colégio ao longo de quase dois séculos, através de inúmeras comemorações que tiveram lugar em Lisboa. São diversas as personalidades que se vieram a destacar, de algum modo, na vida nacional e que passaram pelo Colégio Militar, entre os quais sobressaem, numa lista bastante longa, Pinheiro Chagas, Sarmento de Beires, António Sérgio e o célebre cantor de ópera Tomás Alcaide. Os 175 anos dos «meninos da luz», nome por que ficaram a ser conhecidos os alunos do Colégio, são testemunho de que uma instituição, devidamente enquadrada nos valores pátrios, nunca envelhece.

Faleceu o professor Oliveira Martins

Vítima de ataque cardíaco, faleceu com 74 anos de idade, na sua residência em Lisboa, o prof. Oliveira Martins, escritor, historiador e conferencista, membro da Academia Portuguesa de História, da Associação dos Arqueólogos Portugueses e de diversas instituições científicas.

Sobrinho do escritor Oliveira Martins, foi o herdeiro do seu espólio literário, sendo autor de vasta obra, entre a qual se contam «Oliveira Martins e os seus Contemporâneos», «Socialismo na Monarquia» e «D. Carlos e os Vencidos da Vida», além de inúmeras monografias sobre História Portuguesa. O prof. Oliveira Martins era presidente do Conselho Geral da «Fundação Social-Democrata Oliveira Martins».

Morreu Neca Rafael

Com 72 anos, faleceu Neca Rafael que, do fado jocoso e satírico, às pilhérias e desgarradas, deu o melhor de que o seu talento foi capaz. Vítima de doença grave sucumbiu na sua casa da Afurada.

Neca Rafael, poeta e cantor, nasceu na freguesia de Paranhos e tornou-se, especialmente no norte do País, a lenda viva

de uma tradição em vias de desaparecer; tradição com arreigados pergaminhos que remontam ao tempo dos *jograis e trovadores*. Por isso foi figura viva e típica que as gentes do povo acarinham e aplaudiam.

Profissional do riso à guitarra, Neca Rafael calcorreou todos os becos e atalhos a que o fado o levou, quem sabe se o derradeiro picaro da «alma» ibérica. Desde as rifas de garrafas de vinho do Porto, sorteadas nos cafés onde cantava para assim se pagar, às casas típicas, percorreu o País por sua conta e risco, enquanto andarilho dos sete costados — regressando as mais das vezes, com menos dinheiro do que quanto tinha partido — deu «shows» que duraram anos e actuou nos Estados Unidos, França, África do Sul, Angola e Moçambique. Deixou-nos uma centena de discos, alguns gravados clandestinamente durante a II Guerra Mundial, pois na altura, os poderes fascistas de triste memória proibiram-lhe cantar. Neca Rafael, genuíno cantor e «alma» do povo, fez-se a si próprio, passo a passo, tendo-se entranhado para sempre na música popular do norte do País, sobretudo no fado jocoso que criou.

Por isso, não foi nada estranho que no seu funeral, efectuado da Afurada para o cemitério de Agramonte, no Porto, se tivessem incorporado numerosas pessoas, sobretudo gente humilde das zonas pitorescas do «velho Porto».



O prof. Oliveira Martins, ao proferir uma das suas últimas conferências



Neca Rafael, acompanhado por Adelina Silva, durante um espectáculo

Natação: mais um recorde nacional para Rui Abreu

Rui Abreu, um dos «fenómenos» da natação portuguesa bateu novo recorde nacional nos 200 metros costas, em provas de selecção para os encontros frente à Grécia e Israel. O campeão fez 2.16,00 m, batendo o anterior recorde nacional absoluto de Botelho de Melo, agora radicado nos Estados Unidos.



Rui Abreu

Carlos Lopes no campeonato nacional de corta-mato

Carlos Lopes, do Sporting, venceu o Campeonato Nacional de Corta-Mato — categoria de seniores masculinos — realizado nos terrenos anexos aos campos de golfe de Vilamoura, no Algarve.

Carlos Lopes conquistou assim o seu oitavo título nacional, igualando em número de vitórias o antigo recorde do atleta Manuel Dias. Classificação da prova (distância de 12 mil metros): 1.º — Carlos Lopes (Sporting); 2.º — Fernando Mamede (Sporting); 3.º — Aniceto Simões (Sporting); 4.º — José Sena (F. C. do Porto); 5.º — Anacleto Pinto (Académico de Viseu).



Carlos Lopes

Benfica vence «Taça de Portugal» em hóquei em patins

O Benfica assegurou o direito a participar no torneio internacional da «Taça dos Vencedores das Taças» de hóquei em patins, ao ganhar a «Taça de Portugal» da modalidade, batendo o Oeiras, na final, por 6-3, depois de ter alcançado 3-2 no primeiro tempo.

A partida que se realizou no Pavilhão dos Desportos contou com a presença de mais de cinco mil espectadores, os quais tiveram ensejo de apreciar um óptimo espectáculo. Segundo afirmaram os columnistas desportivos, houve momentos em que se criaram lances de excelente urdidura. Os benfiquistas venceram bem, mercê da maior experiência dos seus jogadores, com os consequentes reflexos na manobra de conjunto.

OS CAMPEÕES

Desde 1939, o Campeonato Nacional de hóquei em patins vai já na sua 37.ª edição. Eis os vencedores:

- 1939 — Sporting
- 1940 — F. Benfica
- 1941 — F. Benfica
- 1942 — Paço de Arcos
- 1943 — F. Benfica
- 1944 — Paço de Arcos
- 1945 — Paço de Arcos
- 1946 — Paço de Arcos

- 1947 — Paço de Arcos
- 1948 — Paço de Arcos
- 1949 — H. Sintra
- 1950 — H. Sintra
- 1951 — Benfica
- 1952 — Benfica
- 1953 — Paço de Arcos
- 1954 — C. Ourique
- 1955 — Paço de Arcos
- 1956 — Benfica
- 1957 — Benfica
- 1958 — H. Sintra
- 1959 — H. Sintra
- 1960 — Benfica
- 1961 — Benfica
- 1962 — Ferroviário Moç.
- 1963 — não se disputou
- 1964 — não se disputou
- 1965 — Cuf
- 1966 — Benfica
- 1967 — Benfica
- 1968 — Benfica
- 1969 — Desportivo L. M.
- 1970 — Benfica
- 1971 — Desportivo L. M.
- 1972 — Benfica
- 1973 — Desportivo L. M.
- 1974 — Benfica
- 1975 — Sporting
- 1976 — Sporting
- 1977 — Sporting

Em resumo: Benfica, 12 títulos; Paço de Arcos, 8; Sporting e Sintra, 4; Futebol Benfica e Desportivo de Lourenço Marques, 3; Campo de Ourique, Cuf e Ferroviário de Moçambique, 1.



A actual equipa de hóquei em patins do Benfica

Ténis de mesa

José Alvoeiro, agora no Sporting, conquistou mais um título nos Nacionais disputados no Estoril. Na final, derrotou João Pinho (Belenenses). Outros campeões: juniores, José Rocha (Benfica); senhoras, Madalena Gentil (Sporting); veteranos, Eduardo Moura (Casa Pia); pares-seniores, José Xavier/José Marques

(Casa Pia); pares-juniores, Helder Santos/Carlos Moura (Benfica); pares-senhoras, Madalena Gentil/Ana Lia (Sporting); pares-veteranos, Eleutério Silva/Octaviano Carvalho (Paço de Arcos); pares-mistos, José Alvoeiro/Madalena Gentil (Sporting).

Possível digressão do Sporting

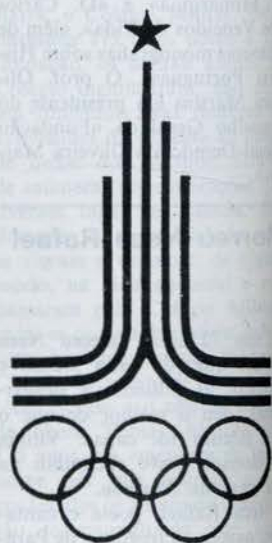
O Departamento de Futebol do Sporting informou a imprensa que está a estudar alguns convites solicitando a presença da equipa «leonina» nos Estados Unidos e na França em próximos meses.

Sabe-se já que, caso o Sporting se desloque a França, terá como opositor o Red Star, da II divisão, em Paris. Do outro convite não são ainda conhecidos pormenores.

Dez mil contos para a selecção olímpica

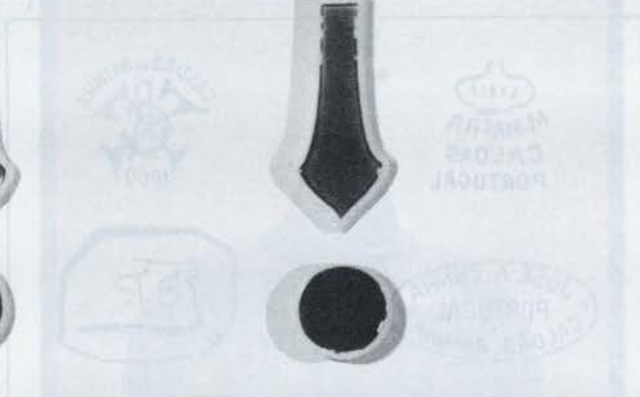
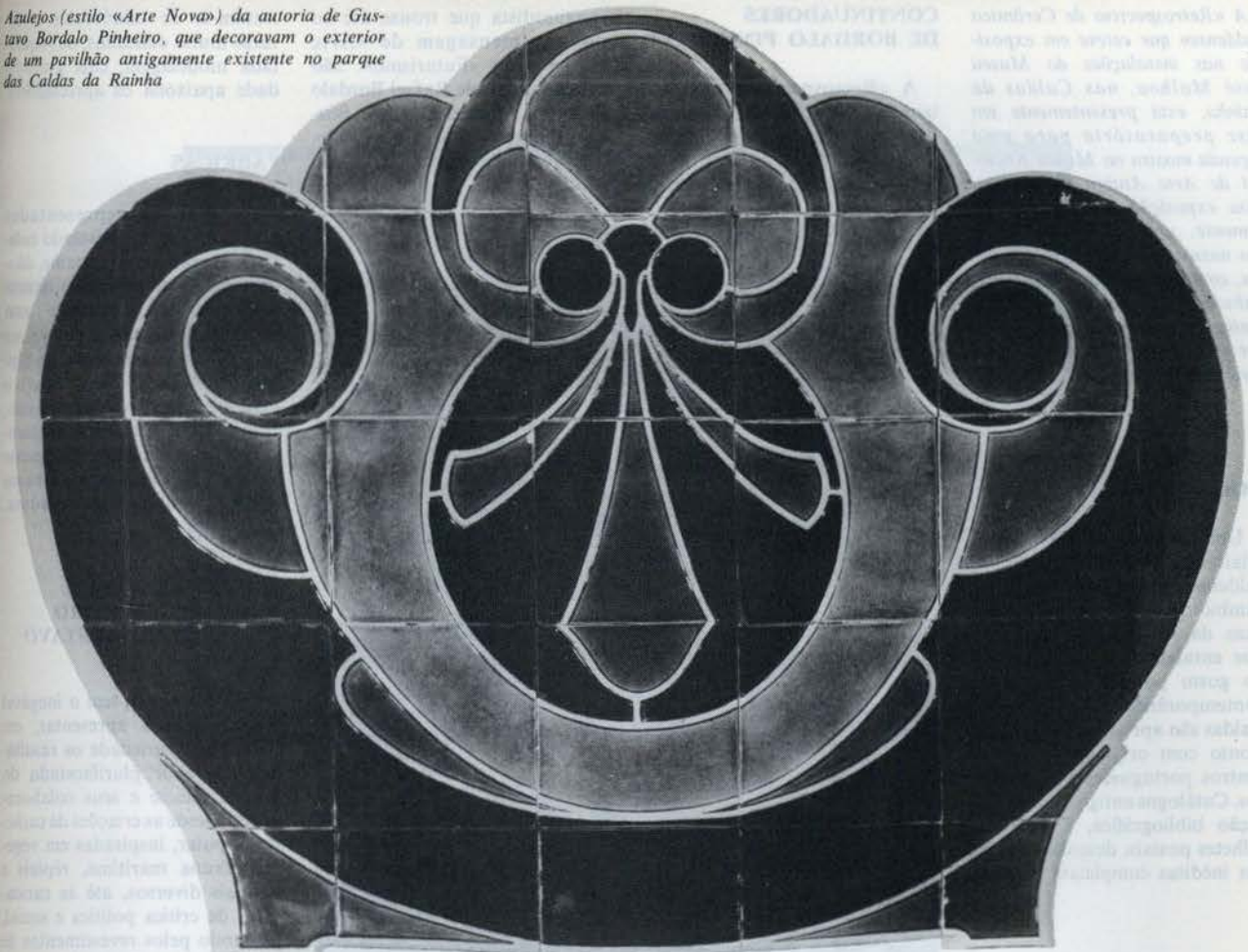
O Comité Olímpico Português (COP) estabeleceu um acordo com a empresa concessionária da «Coca-Cola» em Portugal que se traduz no apoio daquela organização, no campo financeiro e desportivo, à selecção portuguesa para os Jogos Olímpicos de Moscovo.

Nas bases do protocolo assinado, o COP receberá um subsídio de dez mil contos, sendo cinco mil em dinheiro — 1000, 1500 e 2500 contos, respectivamente, em 1978, 1979 e 1980 — a distribuir pelas Federações cujas modalidades estarão nos Jogos Olímpicos, enquanto a restante verba se destinará a trazer ao nosso País, atletas, monitores e instrutores credenciados, para além de patrocinar estágios no estrangeiro a atletas e técnicos nacionais.



Símbolo adoptado para os Jogos Olímpicos de 1980

Azulejos (estilo «Arte Nova») da autoria de Gustavo Bordalo Pinheiro, que decoravam o exterior de um pavilhão antigamente existente no parque das Caldas da Rainha



RECTROSPECTIVA DA CERÂMICA CALDENSE

A «Retrospectiva de Cerâmica Caldense» que esteve em exposição nas instalações do Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha, está presentemente em fase preparatória para uma segunda mostra no Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa. Esta exposição constituiu, efectivamente, uma brilhante página dos nossos mais celebrados artistas, contendo algumas obras que, imbuídas das nossas tradições mais genuinamente populares, são, por si mesmas, toda a história da cerâmica portuguesa.

DOCUMENTAÇÃO

Um conjunto de documentos relativos à tradição da cerâmica caldense, exprime o válido intercâmbio de influências características da recriação e adaptação que enraizaram e fizeram viver no gosto popular as correntes contemporâneas. As peças das Caldas são apresentadas em confronto com originais de outros centros portugueses e estrangeiros. Catálogos antigos, documentação bibliográfica, fotográfica, bilhetes postais, desenhos e marcas inéditas completam o tema.

LOUÇA ARCAICA

Uma parte da exposição é dedicada à louça arcaica, cujas peças características formais, técnicas e estéticas, estão profundamente ligadas a toda a continuidade da cerâmica local. A peça mais antiga é uma bilha enchacotada, do século XVI, decorada com aplicações, incisões e micas. Este conjunto de objectos raros foi recolhido em colecções de Museus do Estado e particulares.

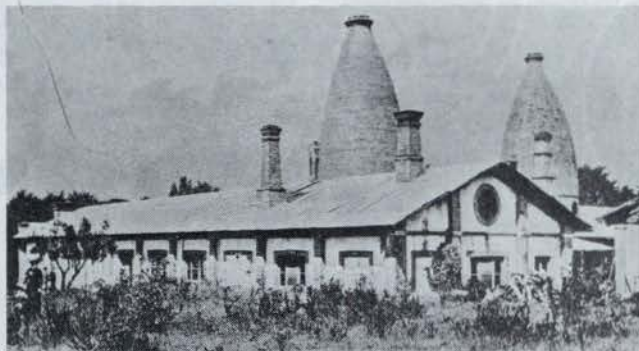
ARTISTAS E FABRICANTES

A variedade de espécies, trazendo gostos e técnicas utilizadas no decurso do século passado, são predominantemente de olaria tradicional. É riquíssimo o conjunto de formas no sentido naturalista, em que a função do objecto obrigou o ceramista a prodígios de engenho criador. Podemos dizer, sem margem para grande erro, que aqui se antevê como começou a ser motivada e influenciada a obra genialmente renovadora de Rafael Bordalo Pinheiro.

CONTINUADORES DE BORDALO PINHEIRO

A «Retrospectiva» engloba, também, criações de continuadores de Rafael Bordalo Pinheiro. Surpreendente conjunto de objectos reveladores do espírito

vanguardista que trouxe até ao povo a mensagem de «Arte Nova» e do «Futurismo». São criações finais de Rafael Bordalo Pinheiro, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, José Alves Cunha Cabral e, sobretudo, de Costa Mota.



Edifício da antiga Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha; moldes em gesso. Quatro exemplos de marcas gravadas, assinalando a origem das peças: à esquerda, marcas das fábricas de Manuel Mafra (período 1870-1887) e de José Alves da Cunha, respectivamente; à direita, a da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (cuja direcção artística pertenceu a Rafael Bordalo Pinheiro, no período 1884-1905, e a seu filho, Manuel Gustavo, entre 1905 e 1907) e uma das assinaturas de R. Bordalo Pinheiro que era igualmente utilizada como marca da mesma fábrica

MINIATURAS

A série de delicadas miniaturas, também ela iniciada pelas prodigiosas mãos de mestre Rafael Bordalo Pinheiro, constituem uma curiosa derivação cerâmica muito apreciada e,

entretanto, hoje já largamente popularizada em todas as feiras de norte a sul do País, se bem que em modelos e moldes que por vezes deixam muito a desejar do ponto de vista estético. Nessas miniaturas destaca-se o famoso mestre Elias e seus contemporâneos. De uma maneira geral,

tratam-se de minúsculas esculturas muito delicadas, de requintada modelagem, cuja graciosidade apaixonou os apreciadores.

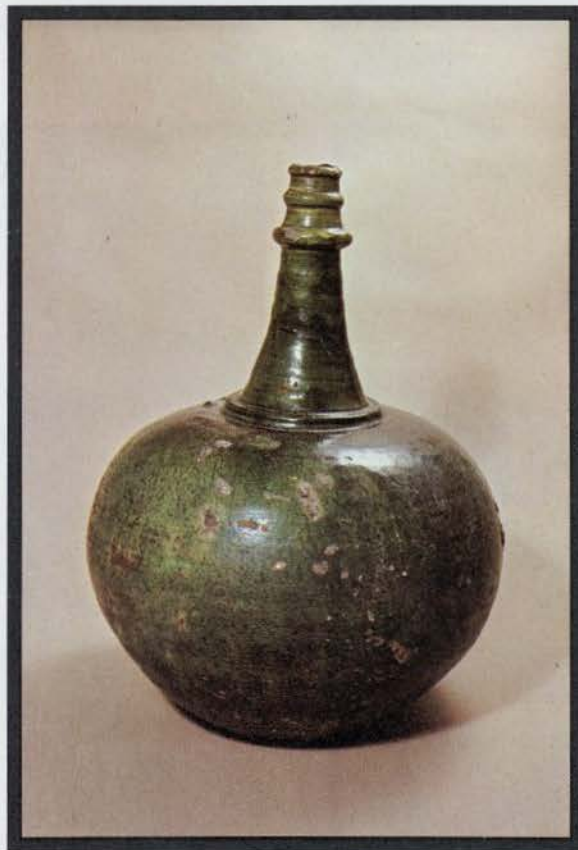
FÁBRICAS

As fábricas representadas nesta exposição, prestando colaboração valiosa ao certame, dão-nos prova de progresso técnico bem patente, mostrando uma valiosa evolução criativa no período correspondente aos últimos quarenta anos. Motivo suficiente para levar artistas, estudiosos e entidades, a desenvolver com renovado interesse uma investigação, apoio e busca a todos os títulos compensadora.

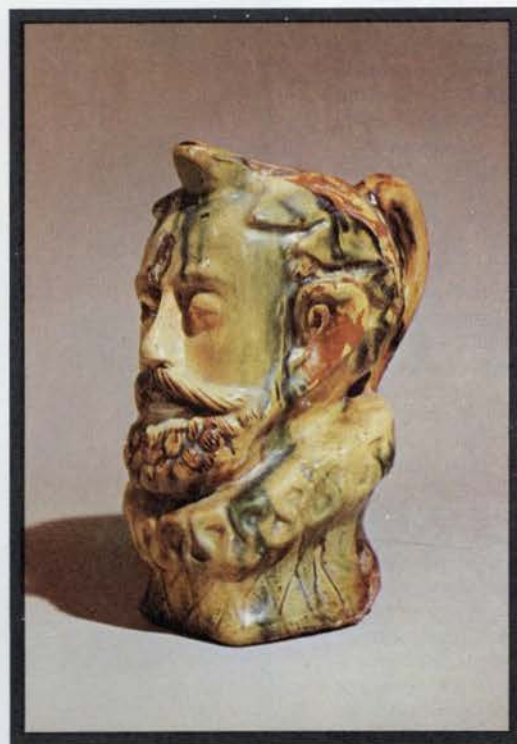
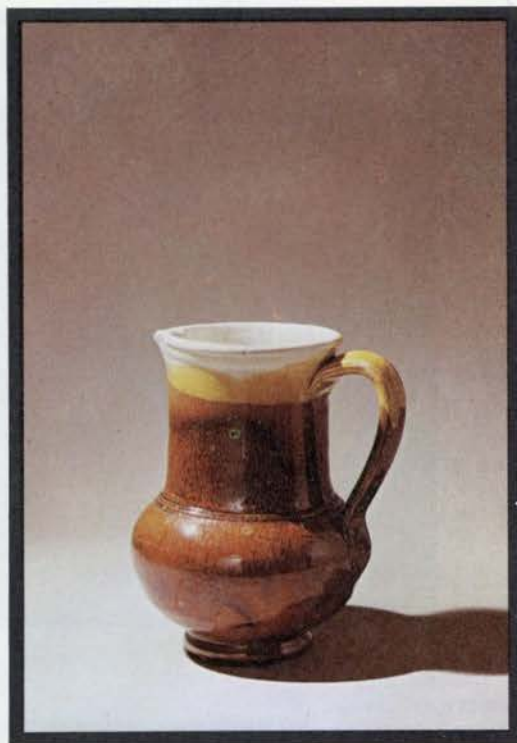
A ARTE DE RAFAEL BORDALO PINHEIRO E SEU FILHO GUSTAVO

Esta exposição tem o inegável mérito de nos apresentar, em toda a sua variedade os resultados do labor plurifacetado do grande mestre e seus colaboradores. Desde as criações de carácter popular, inspiradas em vegetais, fauna marítima, répteis e animais diversos, até às caricaturas de crítica política e social, passando pelos revestimentos de azulejos e as expressões mais vanguardistas do seu tempo, é possível avaliar o talento criador de um artista humano, generoso e sacrificado que, sabendo rir dos revezes da sua própria vida, animou a cerâmica tradicional promovendo e ensinando operários e colaboradores. Ainda hoje, gostosamente, quem vai de passeio às Caldas da Rainha, sente a «fórmula» bem portuguesa deixada pelo artista: «fórmula» que persiste na característica da cerâmica mais retintamente portuguesa — e não só regional — que alguma falta de renovação não tem deixado espriar e evoluir como seria de desejar.

A arte da Rafael e, mais tarde, de seu filho Gustavo, tornado por dever o comentador crítico da vida portuguesa — o caricaturista que procura o defeito dos tipos, o crítico que detecta o ridículo das situações, passa para a cerâmica o seu traço — com a mesma escuriteza com que desenhava para os jornais humorísticos — dando vida nova àquilo que não seriam até então mais que simples desenhos. Agora, porém, à linha segura do seu traço, juntam-se os recursos da química, arrancando ao fogo do forno, pequenas obras de



Acima: Conjunto de peças revelando as inter-influências regionais. Da esquerda para a direita: obra atribuída a Manuel Mafra; garrafa representando uma dama em traje de passeio, com chapéu formando rotha; peça de autor desconhecido, de Coimbra; garrafa representando uma senhora com traje de meados do século XIX; obra contemporânea executada por alunos de uma Escola Técnica; garrafa figurando uma mulher a tocar guitarra; em baixo: uma peça de olaria arcaica (garrafa), proveniente do Mosteiro de Nossa Senhora da Quietação (Flamengas).



Peça executada por Manuel Mafra: jarro, policromado e esmaltado, em forma de lagarto, vestido de frade; canjirão bojudado (sem marca); par de jarras (sem marca): na boca, em leque, uma coroa real e ramos de louro; çaneca figurativa (último quartel do séc. XIX) representando Camões.



Bule vidrado e policromado da fábrica de Rafael Bordalo Pinheiro (1897): cabeça de janota, com chapéu «palhinha» sobre o qual está sentado um macaco.



Na sequência do aparecimento da geração de 1870 (com Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, etc.) um jovem talentoso viria, anos depois, a revelar-se ao público: Rafael Bordalo Pinheiro. Embora não fosse, propriamente, um dos «homens de 70», a actividade de Bordalo Pinheiro liga-se a essa geração turbulenta, contestatária e eivada dos ideais republicanos e democráticos da segunda metade do século XIX. Caricaturista notável, ele levou à cerâmica muito do seu cunho crítico, celebrizando-se como um inovador plástico que da tradição arcaica e popular extraiu motivos renovados de bom gosto e preciosismo alegórico impar. As suas faianças ficaram célebres, tornando famosa a indústria artística das Caldas da Rainha, que a sua fábrica popularizou.



arte que são ao mesmo tempo pequenos objectos de uso prático: quase uma autêntica indústria artística!

Podemos dizer que para estes dois artistas, pai e filho, as obras de arte devem ter um carácter familiar para as pessoas. A obra de arte deve ser aplicada precisamente onde possa ser utilizada, harmonizando-se sem grandes alaridos no meio em que é chamada a servir; pondo uma nota crítica sadia ou de brejeiro humor no meio quotidiano onde é utilizada. Só assim ela se conformará com o seu destino prático e com o fim acessorial a que é indicada.

Uma caneca pode ser uma caneca, mas para Rafael ou Gustavo Bordalo Pinheiro terá algo mais a lembrar a quem dela beba. Tal uma jarra lembrando a riqueza natural da nossa costa atlântica, no seu amálgama de corais e peixes, ou uma outra a lembrar aves domésticas que povoam os nossos campos; figuras típicas ou de retórica do mundo provinciano ou alfacinha.

Outrora, pensava-se que as faianças artísticas poderiam desempenhar um papel educativo da mais alta importância. Manuseadas constantemente, seriam também, constantemente, para todos aqueles com quem estavam em contacto, uma eloquente e útil lição, educando-lhes o bom gosto e preparando-os para a contemplação e compreensão participativa das obras de arte e daquilo de que elas são representativas.

UMA UTOPIA?

Foi talvez uma utopia, que o desenvolvimento industrial, a morte dos artistas sem continuadores à sua altura, deixou que se perdesse?

Que se não perdeu tudo desta utopia é prova evidente qualquer simples casa de Portugal, embora os modelos expostos, nas salas mais indicadas para receber as visitas, nem sempre derivem em linha directa dos celebrados modelos de mestre Rafael e Gustavo Bordalo Pinheiro. No entanto, está parente, para qualquer um, que o sonho de Bordalo Pinheiro entrou no gosto comum através das faianças e a sua lição de arte requintada, popular e tradicional a um só tempo, revive e se renova, a todos os títulos, nesta «Retrospectiva de Cerâmica Caldense» agora trazida a Lisboa pela direcção do Museu Nacional de Arte Antiga.

Rafael Bordalo Pinheiro



Rafael Bordalo Pinheiro, ao centro, rodeado pelos seus colaboradores mais íntimos, na fábrica das Caldas da Rainha



Gustavo Bordalo Pinheiro



Figura de movimento: Zé Povinho (rosto não vidrado) em pé sobre base semi-esférica com inscrição na barriga («Impostos»). Peça executada em 1895 na fábrica de R. Bordalo Pinheiro

O «Zé Povinho» continua jovem, realista e consciente, num País onde soprou o vento da liberdade e da democracia renovada e civicamente aprendida nas dores de um parto de quase 50 anos. O «Zé» continua, hoje como ontem, na sua dança da crítica e do chiste, fazendo reviver o seu criador, Rafael Bordalo Pinheiro.

O «Zé Povinho» é nosso, somos nós, vendo-nos no espelho dos últimos 100 anos.

Queremos agradecer toda a colaboração prestada pelo Museu Nacional de Arte Antiga, em especial pelo conservador da Secção de Cerâmica, Rafael Calado, e pela sua assistente, Ilda Arez.

fotografias: Mário de Oliveira

Comemorada a Fundação de Guimarães

Completam-se a 24 de Junho, dia da batalha de São Mamede, 850 anos que Portugal nasceu como nação. Para assinalar a data um grupo de cidadãos naturais da cidade de Guimarães, «berço da nacionalidade», vai mais uma vez assinalar a efeméride com um vasto programa que engloba o já célebre cortejo histórico. As festividades inauguram-se em 3 de Junho, com palestras em que serão oradores os professores Veríssimo Serrão e Torcato Soares e o general Câmara Pina, que versará o tema «A Batalha de São Mamede». O programa das festas tem o patrocínio da Academia Portuguesa de História e incluirá actividades desportivas, cívicas e religiosas, concertos e festivais, assim como visitas guiadas aos pontos históricos de Guimarães.

Castelo transformado em pousada

Importará em cerca de 38 mil contos a pousada em construção em Vila Nova de Cerveira, cuja conclusão está prevista para o próximo ano. A pousada tem como base o reaproveitamento do castelo desta vila, mandado edificar no primeiro quartel do século XIV por D. Dinis. O novo complexo turístico contará com vinte e oito quartos, distribuídos pelas pequenas edificações existentes no interior das muralhas do castelo, sendo ainda equipado com zonas de recepção, sala de estar e jantar, bar e «boite», além de um espaço exterior para restaurante ao ar livre.

Braga: 4.º centenário de Frei Baltazar Limpo

Celebra-se este ano o 4.º centenário do nascimento de Frei Baltazar Limpo, que foi arcebispo de Braga de 1550 a 1558. Frei Baltazar Limpo nasceu em Moura, em 1478, tendo entrado em 1494, para o primeiro convento carmelita existente na Pe-

nínsula Ibérica, situado naquela vila do Alentejo. Frei Baltazar faleceu com 80 anos de idade em Março de 1558, encontrando-se sepultado na capela de S. Pedro de Rates, na Sé de Braga.

Teólogo eminente e lente da Universidade de Coimbra, Frei Baltazar exerceu também as funções de Bispo do Porto. Participou no Concílio de Trento, tendo assistido à entrega da bula papal que permitia a instituição da Inquisição em Portugal. Em Braga, realizou uma notável obra, nomeadamente no que respeita à reestruturação do colégio de S. Paulo, então em decadência, e à reforma do misal bracarense.

Tomar celebrou 818 anos de existência

Durante cinco dias, a cidade de Tomar comemorou os 818 anos da sua fundação. Assinalando a efeméride, a Comissão Municipal de Turismo projectou a realização de várias iniciativas de índole recreativa, popular e artística.

As comemorações iniciaram-se com a inauguração de três exposições: «Tomar vista pelas Crianças», «Tomar vista pelos pintores Tomarenses» e «Artistas Populares Tomarenses». Houve ainda um espectáculo de folclore com a actuação dos ranchos da Casa do Povo da Asseiceira e da Juventude Camponesa de Minjoelho.

Porém, acontecimentos de maior significado, foram a conferência proferida pelo prof. Cândido Beirante, subordinada ao tema «O Municipalismo em Alexandre Herculano», e o cortejo medieval seguido de um concerto pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

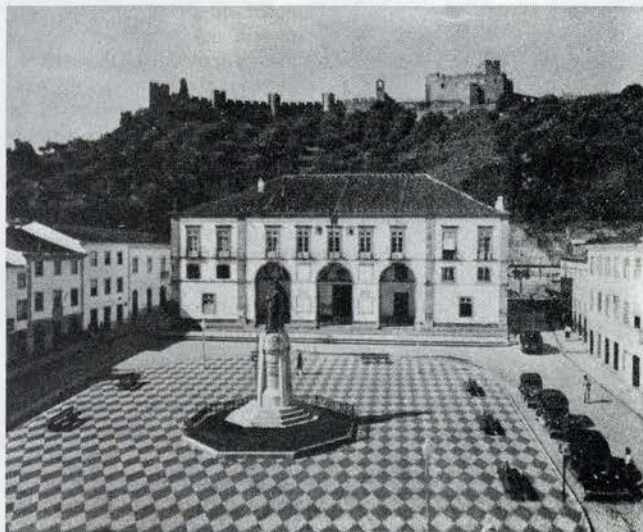
Foi a 1 de Março de 1160 que os Templários tentaram iniciar a reconstrução de um castelo que lhes fora doado, no ano anterior, por D. Afonso Henriques. O legado real tinha por objectivo a povoação de toda a região circunvizinha, por gentes que não habitassem a zona entre os rios Mondego e Tejo. Os monjes deveriam regular-se «pelos direitos e costumes de Santarém». Contudo, foi o infante D. Henrique quem ligou indissociavelmente a vila de então aos descobrimentos marítimos e se interessou tanto por ela que chegou mesmo a corrigir o percurso do rio Nabão.



Castelo de Guimarães



Sé de Braga



Tomar: Praça da República e, ao fundo, o castelo da cidade

MADEIRA

Presidente do Governo Regional regressou da Venezuela

Regressou ao Funchal o eng. Jaime Ornelas Camacho, presidente do Governo Regional da Madeira, que se havia deslocado à Venezuela, a convite da comunidade madeirense ali residente.

Durante a sua estadia em Caracas, o presidente do Executivo madeirense teve uma intervenção na televisão em que dirigiu uma mensagem a todos os portugueses, em geral, e aos madeirenses, em particular, residentes naquele país da América Latina. Teve ainda contactos com o embaixador de Portugal e foi homenageado pela agremiação «Centro Português de Caracas» e pelo jornal «Voz de Portugal». Ornelas Camacho visitou ainda outras cidades deste país onde residem comunidades de emigrantes madeirenses.



Jaime Ornelas Camacho

Remessas de emigrantes

Os dinheiros enviados pelos emigrantes madeirenses para para a sua terra natal, elevaram-se, em 1977, a 1 241 895 contos, isto é, mais 467 299 contos do que em 1976. Pelo seu lado, os emigrantes açorianos mandaram para o arqui-

pélago dos Açores 418 662 contos, enquanto no ano anterior tinham enviado apenas 282 827 contos.

No que respeita aos emigrantes da Madeira, o montante mais elevado foi enviado pelos radicados na Venezuela (443 195 contos), seguindo-se os remetidos da África do Sul e dos Estados Unidos. Quanto aos dinheiros enviados pelos açorianos, 96,5 por cento do total vieram dos que trabalham nos Estados Unidos (50,1 por cento) e no Canadá (46,4 por cento).

390 mil contos para diversos sectores

Trezentos e noventa mil contos é a verba destinada pela Câmara Municipal do Funchal para diversas realizações já programadas. Este montante, conforme prevê o programa de actividades da edilidade funchalense, será distribuído da seguinte forma: Saneamento Básico, 201 690 contos; Obras Públicas e Municipais, 182 545 contos; e Actividades Culturais, 3730 contos.

Criado o Instituto de Bordados, Tapeçarias e Artesanato

De acordo com um decreto regional publicado no «Diário da República» foi criado o «Instituto de Bordados, Tapeçarias e Artesanato da Madeira» que funcionará na dependência do Governo Regional. Entre as atribuições do novo Instituto contam-se a de «incentivar e disciplinar as actividades do bordado, tapeçarias e artesanato da Madeira nas suas modalidades de produção, distribuição e comercialização» Recorde-se que, sendo actividades fundamentais na economia da região, os bordados e as tapeçarias ocupam cerca de 1600 trabalhadores madeirenses nas fábricas e perto de 20 mil bordadeiras no exterior, enquanto a actividade artesanal de obras em vimes ocupa cerca de 3 mil trabalhadores e 300 industriais, na maioria em regime de exploração familiar. Este Instituto exercerá a sua actividade em todo o arquipélago, podendo, eventualmente, abrir delegações no continente e estrangeiro.

AÇORES

Álvaro Monjardino na Universidade de Massachusetts

O presidente da Assembleia Regional dos Açores, Álvaro Monjardino, esteve nos Estados Unidos, a fim de aí dirigir um seminário sobre o tema «Os Açores no mundo de hoje».

Licenciado em Direito, Álvaro Monjardino orientou o referido seminário durante uma semana, no Centro de Língua Portuguesa da «Southeastern Massachusetts University», no estado de Nova Inglaterra.



Álvaro Monjardino

Aerogare de Santa Maria

Será iniciada em Maio a construção de uma nova aerogare no Aeroporto Internacional de Santa Maria, destinando-se ao embarque e desembarque de passageiros e ainda ao aumento da zona de alfândega. A informação foi dada por funcionários superiores daquele aeródromo, a partir do qual se efectua o controlo do tráfego aéreo numa vasta zona do Atlântico Norte.

Construído pelos norte-americanos durante a II Guerra Mundial, o Aeroporto veio a ser entregue às autoridades portuguesas e aberto à aviação comercial em Outubro de 1946.

Actualmente é utilizado numa

Director do «Azorean Times» em S. Miguel

Esteve de visita a S. Miguel o senhor António Matos, director e proprietário do semanário «Azorean Times» que se publica em Bristol, no estado de Rhode Island (EUA).

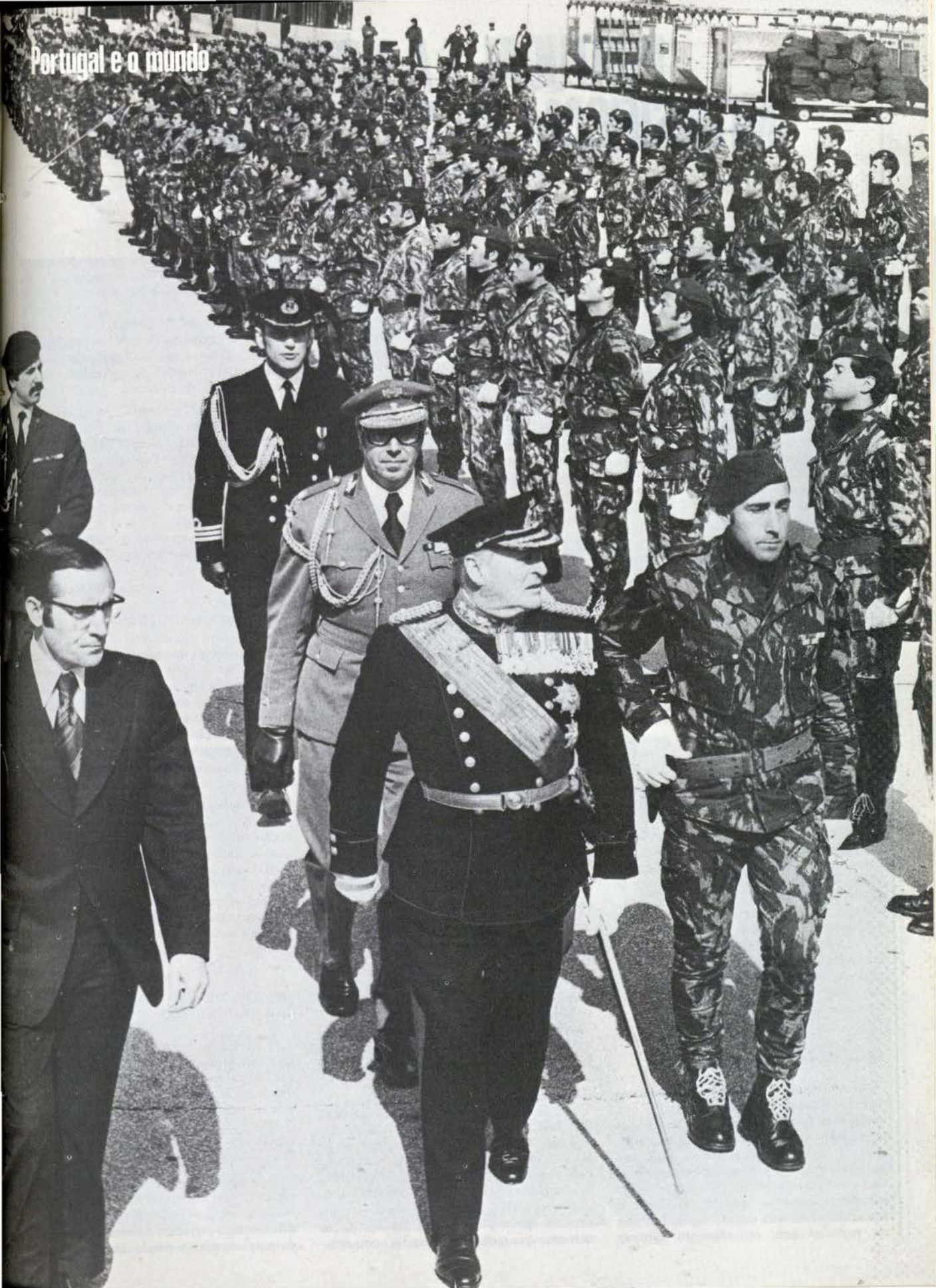
António Matos é promotor, animador e dirigente de várias actividades luso-americanas daquela zona dos Estados Unidos, desenvolvendo intensa actividade em questões que se prendem com a vida no arquipélago e a comunidade açoriana residente nos EUA. O director do «Azorean Times» esteve antes em Lisboa, onde se avistou com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, João Lima. Entre os contactos realizados com entidades regionais, no arquipélago açoriano, destacam-se uma entrevista com o presidente do Governo Regional — que por certo virá a ser publicada no periódico luso-americano de que António Matos é director — e com o director regional da Comunicação Social, Lourenço de Melo.

base regular, com direitos de tráfego, pela SATA (companhia aérea regional), TAP, TWA e AIR FRANCE (Concorde). Além disso, é ainda utilizado com carácter não regular, como escala técnica, por mais de cento e trinta companhias de diversas nacionalidades.

Em 1977 o movimento atingiu a média de dezassete aterragens por dia, média esta que tem vindo a aumentar este ano. O Aeroporto Internacional de Santa Maria encontra-se dotado com uma pista de 3040 metros, utilizável por todos os tipos de aviões, incluindo os supersónicos.



O «Concorde» deslocando do aeroporto de Santa Maria



PORTUGAL E A NORUEGA INTENSIFICAM RELAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

34 *O Rei Olavo V da Noruega visitou oficialmente o nosso País, a convite do general Ramalho Eanes. Esta visita realizou-se numa altura em que Portugal e a Noruega — um dos primeiros países a reconhecer e apoiar efectivamente o regime democrático português — intensificam «as relações bilaterais em todos os campos», como acentuou o ministro norueguês dos Negócios Estrangeiros, e se encontram «ligados por uma multiplicidade de laços estreitos, que vão desde as relações económicas, à segurança e à defesa». Por outro lado, decorreu em Lisboa a sétima reunião da Comissão Económica Mista Luso-Norueguesa, cujos trabalhos foram presididos pelos ministros das Finanças dos dois países. Como resultado desta reunião ficou acordado o alargamento da cooperação bilateral em vários sectores e o estabelecimento, pela Noruega, de novas linhas de crédito a Portugal.*

À sua chegada ao aeroporto de Lisboa, o rei Olavo V da Noruega — que viajou acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Knut Frydenlund — foi cumprimentado pelo Presidente da República e pelo Primeiro-ministro, Mário Soares, tendo recebido honras militares prestadas por unidades especiais das Forças Armadas portuguesas. Ainda no aeroporto, falando aos jornalistas, o soberano norueguês disse: «Estou feliz por me encontrar neste Portugal de gloriosa história e ricas tradições culturais, e também me sinto feliz por trazer comigo as mais ardentes saudações e sinceros desejos de um venturoso futuro da parte do povo norueguês para o povo português».

Mais tarde, o rei Olavo deslocou-se ao Palácio da Ajuda para visitar oficialmente o Presidente Ramalho Eanes. À cerimónia estiveram presentes o presidente da Assembleia da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros e vários membros do Conselho da Revolução.

TROCA DE CONDECORAÇÕES

Ao condecorar o soberano norueguês com o grande colar da Ordem de Santiago — que remonta a 1170 — o Presidente Eanes afirmou: «Ao atribuímos esta condecoração a Vossa Majestade pretendemos, numa linguagem simbólica e militante da democracia, dizer-lhe quanto o estimamos como paradigma coerente, quanto desejamos a sua amizade e ainda quanto esperamos que ela participe num entendimento europeu

que faça da Europa um conjunto fraternalmente unido, democraticamente forte, culturalmente personalizado».

Por seu turno, o rei Olavo V condecorou o general Ramalho Eanes com o grande colar da Ordem de Santo Olavo — única condecoração norueguesa —, tendo apresentado o Chefe de Estado português com uma peça de prata e esmalte.

O rei Olavo deslocou-se, a seguir, à Fundação Calouste Gulbenkian, onde foi recebido pelo dr. Azeredo Perdigão e inaugurou uma exposição de 104 trabalhos do pintor Edward Munch, um dos maiores expoentes das artes plásticas norueguesas.



Olavo V da Noruega (foto de R. Esteves dos Santos)

«O ENTENDIMENTO EUROPEU É POSSÍVEL E INDISPENSÁVEL»

A importância da experiência política portuguesa dos últimos anos no âmbito de uma Europa renovada, unida, fraternalmente autónoma e não satelizada, foi realçada pelo general Eanes no discurso que proferiu durante o jantar em honra do rei Olavo V da Noruega.

Depois de recordar os vínculos históricos que desde há séculos ligam os dois países, o Presidente da República agradeceu o auxílio prestado pela Noruega ao nosso País depois do 25 de Abril, afirmando, nomeadamente: «Esta visita possibilita-me, antes do mais, o ensejo de afirmar publicamente que a Noruega foi um dos países europeus que melhor parecem ter compre-

dido o significado e os custos decorrentes da mutação política que reconduziu o nosso País à democracia e promoveu o regresso de Portugal à Europa (...). Descolonização, retorno maciço de portugueses e aparecimento de milhares de refugiados africanos, crises interna e externa, ofensivas totalitárias — tudo tivemos de enfrentar e vencer com a ajuda de poucos».

Referindo-se, a seguir, ao processo de democratização efectiva de Portugal e sua importância para a Europa, Ramalho Eanes diria, a terminar: «Portugal acredita que o entendimento europeu é possível e indispensável e que, na multidimensionalidade das suas ligações e presença, será nela um elemento necessário. Caberá no entanto aos países mais desenvolvidos, mais libertos de preconceitos e mesmo potencialmente mais interessados, a iniciativa do verdadeiro arranque. Obra difícil, porque tem contra ela falsos valores e interesses criados. Mas é obra a fazer com urgência».

Falou depois o rei Olavo V que agradeceu as palavras de boas-vindas e a saudação dirigida ao povo português pelo Presidente Ramalho Eanes, e salientou a oportunidade que esta visita oficial ao nosso País constituía para o estreitamento das boas relações e da cooperação luso-norueguesa, reforçando a velha amizade que une os dois países e que está bem simbolizada na relação ainda mais estreita que se desenvolveu a partir de 1974.

O soberano norueguês destacou a vasta gama de actividades que o plano de cooperação bilateral actualmente abrange e que «tende cada vez mais a alargar-se», na medida em que — segundo acentuou — «as economias dos dois países se integram no mesmo sistema de mercado e as suas Forças Armadas se encontram reunidas na Organização do Tratado do Atlântico Norte».

OFERTA DE UM NAVIO OCEANOGRÁFICO

O rei Olavo V realçou também a vocação marítima da Noruega e de Portugal, que «são nações de pesca e largamente dependentes da liberdade dos mares», o que — assinalou — justifica a oportunidade de os dois países compartilharem parte da sua experiência e tecnologia no campo das pescas e da navegação.

A propósito, o rei da Noruega disse esperar «que um novo navio de pesquisas oceanográficas totalmente equipado, que este ano será oferecido a Portugal, contribua para aprofundar o estudo dos recursos pes-



Dois aspectos do banquete de gala oferecido pelo Presidente Eanes em honra do rei da Noruega

PORTUGAL E A NORUEGA INTENSIFICAM RELAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

queiros junto da costa e ao largo da Madeira e dos Açores».

Finalmente, e depois de considerar a entrada de Portugal para o Conselho da Europa como o primeiro passo para o processo de integração do nosso País na ampla corrente de tradição democrática europeia, o soberano manifestou o regozijo da Noruega por esta evolução, no sentido de alcançar o «objectivo comum de uma sociedade feliz e justa que vise o bem-estar de todos».

No segundo dia da sua estada na capital portuguesa, o rei Olavo V teve um encontro com o Primeiro-ministro, Mário Soares,



Olavo V na Fundação Gulbenkian

visitando depois as instalações da Docapesca, em Pedrouços, e deslocando-se a seguir ao Museu da Marinha, em Belém.

Antes de comparecer no jantar com que foi obsequiado, em Sintra, pelo dr. Mário Soares, o soberano norueguês recebeu a comunidade do seu país.

«PASSAR DAS PALAVRAS AOS ACTOS»

No discurso dirigido a Olavo V, durante o citado jantar, o Primeiro-ministro recordou velhas sagas em que se fala da amizade do rei Sigurd, aliado de Portugal na época da reconquista cristã, amizade que, mil anos mais tarde — conforme sublinharia Mário Soares —, culminou com a visita do actual soberano da Noruega a Lisboa.

Mário Soares, depois de lembrar uma outra passagem de Olavo V por Portugal, durante a II Guerra Mundial, salientou o facto de a Noruega ter sabido, desde 1974, «passar das palavras aos actos, assistindo e cooperando com Portugal com vista à superação das graves dificuldades económicas e financeiras que atravessamos», razão bastante — acentuou — para o profundo agradecimento de todos os portugueses.

Na alocução que proferiu a seguir, o

soberano norueguês referiu-se, também, à passagem do rei Sigurd por Sintra, onde, há dez séculos, travou uma batalha contra os Mouros, a fim de conquistar o castelo que ainda hoje testemunha esse feito.

Falando, mais adiante, sobre a existência de «uma nova relação, não só entre Portugal e a Noruega, mas entre Portugal e toda a Europa Ocidental», Olavo V realçou o papel da cultura portuguesa no «património comum europeu».

A terminar, o rei da Noruega elogiou o contributo de Mário Soares para o estabelecimento e consolidação da democracia em Portugal e formulou desejo de que, tanto o Primeiro-ministro como o povo de Portugal, tenham «um sucesso constante na tão difícil quanto apaixonante tarefa de consolidação e fortalecimento de uma sociedade democrática».

RATIFICAÇÃO DO ACORDO CULTURAL

No âmbito da visita oficial do rei da Noruega a Portugal, os ministros dos Negó-



O rei da Noruega no Museu da Marinha

cios Estrangeiros dos dois países procederam à ratificação do acordo cultural luso-norueguês.

À cerimónia estiveram presentes o embaixador de Portugal em Oslo, o representante diplomático da Noruega em Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, João Lima, e o secretário de Estado da Cultura, António Reis.

Na ocasião, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, afirmou que a ratificação deste acordo cultural abre «um caminho novo à já extensa cooperação luso-norueguesa», considerando-o indispensável para «uma cada vez maior cooperação entre os dois povos». Sá Machado recordaria, a propósito, que «no excelente clima de aproximação entre Portugal e a Noruega, não foi indispensável

a existência de um quadro legal com os trâmites constitucionais integralmente cumpridos, para se iniciarem as primeiras acções de carácter cultural e artístico».

Por seu turno, o ministro norueguês dos Negócios Estrangeiros, Knut Frydenlund, manifestou o interesse do seu país em prosseguir uma cooperação activa com Portugal, tendo ainda sublinhado a importância da ratificação deste acordo cultural.

No último dia da sua estada no nosso País, o rei Olavo V deslocou-se aos estaleiros da Setenave, na foz do Sado, perto de Setúbal, dirigindo-se depois à Base Naval do Alfeite, onde foi recebido pelo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz. Depois de receber honras militares prestadas por uma companhia de fuzileiros navais, o soberano norueguês avisou-se no gabinete do comandante naval do Continente com o almirante Melo Cristiano.

Mais tarde, o rei Olavo V da Noruega visitou a Assembleia da República, tendo depois oferecido uma recepção ao corpo diplomático acreditado em Lisboa.

RAMALHO EANES VISITARÁ A NORUEGA

Durante o jantar com que foi obsequiado pelo soberano norueguês, o Presidente Ramalho Eanes anunciou que havia convidado Olavo V para visitar de novo o nosso País no próximo ano. O Presidente da



Olavo V durante a visita às instalações da Docapesca

República acentuaria, aliás, que este novo convite expressa bem a singular amizade que une Portugal e a Noruega. Ramalho Eanes aceitaria, por seu lado, o convite que lhe foi dirigido no sentido de visitar oficialmente a Noruega ainda este ano.

Na mesma ocasião o rei Olavo V agradeceu as atenções com que foi rodeado em Portugal, tanto por parte das autoridades como das populações com que contactou.

Reunião da Comissão Mista Luso-Norueguesa

Decorreu em Lisboa a sétima reunião da Comissão Económica Mista Luso-Norueguesa, sob a presidência dos ministros das Finanças de Portugal e da Noruega, Vitor Constâncio e Per Kleppe, respectivamente.

A próxima reunião desta Comissão realizar-se-á em Setembro deste ano, na cidade norueguesa de Bergen, onde, aliás, está a ser construído o navio oceanográfico que em breve — segundo anunciou o rei Olavo V da Noruega durante a sua estada em Lisboa — irá ser oferecido ao nosso País.

Recorde-se que a Comissão Económica Mista — que se reúne de seis em seis meses, alternadamente em Portugal e na Noruega — foi criada em Fevereiro de 1975, tendo como objectivo contribuir para o incremento das relações bilaterais e da cooperação mútua, tendo em vista a consolidação da democracia portuguesa e o desenvolvimento de Portugal.

A intensa cooperação entre os dois países abrange hoje numerosos sectores, que vão desde as Pescas ao Planeamento Económico, passando pela Saúde e Habitação, e alargar-se-á, proximamente, à cooperação industrial que, até à data, era mínima.

CRÉDITO DE 24 MILHÕES DE CONTOS

Nesse sentido foi assinado um acordo entre o Banco Português do Atlântico e a Eksportfinans S/A, que aumentou o total das facilidades de crédito ao nosso País — que se cifrava em 100 milhões de coroas norueguesas — para o montante de 300 milhões de coroas (cerca de 2,4 milhões de contos).

Per Kleppe salientaria, durante uma conferência de imprensa — em que participaram também Vitor Constâncio e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado —, que através deste acordo se pretende reforçar a cooperação industrial, sobretudo nos domínios da Construção e Engenharia Naval, produtos derivados da pasta de papel, embalagens de alumínio para conservas de peixe, etc. A Noruega prestará ainda assistência técnica para um estudo de viabilidade económica respeitante ao projecto das piritas das minas de Aljustrel.



Per Kleppe e Vitor Constâncio, em Lisboa

SAÚDE: PROGRAMA CONJUNTO PARA O DISTRITO DE VILA REAL

Outro aspecto novo e importante da cooperação bilateral luso-norueguesa é a adopção de um programa para o melhoramento dos serviços de saúde do distrito de Vila Real. A contribuição norueguesa para a realização de tal programa traduz-se numa doação de 50 milhões de coroas (400 mil contos) e na concessão de um empréstimo, sem juros, de outros 50 milhões de contos.

O ministro norueguês das Finanças faria questão em afirmar que o seu país pretende, através da participação naquele programa, contribuir para que Vila Real se torne um distrito modelo no domínio da saúde. Assim, o programa inclui a reconversão e alargamento do Hospital do Lordelo, a construção de uma escola de enfermagem, a criação de 15 «extensões», o estabelecimento de dois departamentos de clínica geral e a atribuição de bolsas de estudo. O programa começou já a ser executado e deverá estar concluído em 1981, embora a cooperação no que respeita ao desenvolvimento dos departamentos de clínica geral continue até 1982 e a atribuição de bolsas de estudo prossiga até 1985.

Ainda no âmbito da saúde, é de realçar que duas escolas de medicina dentária — uma no Porto e outra em Lisboa — estão a ser implementadas com assistência norueguesa.

OUTROS SECTORES DA COOPERAÇÃO LUSO-NORUEGUESA

Dado que se trata de um sector de interesse conjunto dos dois países e que, por outro lado, a Noruega dispõe de uma tecnologia muito avançada neste domínio, o sector das Pescas tem merecido especial atenção dos portugueses e dos noruegueses desde 1975.

Ficou agora decidido, em Lisboa, que na cooperação referente a este sector sejam incluídas outras actividades como o planeamento e construção de armazéns frigoríficos e unidades de congelamento em vários pontos de Portugal, assim como o desenvolvimento de novos produtos de peixe para consumo público. As autoridades da Noruega apoiarão a acção do Governo português, através de uma assistência técnica especializada no domínio da administração das Pescas.

A cooperação bilateral abrangerá, ainda, o sector dos transportes marítimos, onde têm

estado a ser elaborados programas de assistência técnica norueguesa, designadamente a ligação marítima do Continente com os Açores e a Madeira.

No sector florestal, a cooperação tem progredido de acordo com o plano anteriormente estabelecido. O projecto para o estabelecimento de um Centro de Formação de Engenharia Florestal no nosso País, que será financiado pela Noruega, está já elaborado e a sua construção iniciar-se-á ainda este ano.

PARTICIPAÇÃO DA NORUEGA NO FUNDO DA EFTA E NO «GRANDE EMPRÉSTIMO»

Como salientou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, durante a citada conferência de imprensa, o auxílio norueguês a Portugal não se limita à cooperação bilateral, já que a Noruega foi um dos países que mais impulsionou o Fundo de Desenvolvimento — no montante de 100 milhões de dólares — que a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) criou para auxiliar o desenvolvimento industrial do nosso País e para o qual a Noruega contribuiu com 12 por cento daquele montante. Por outro lado, e ainda no campo do auxílio financeiro, a Noruega contribuiu com 10 milhões de dólares para o chamado «grande empréstimo internacional» a Portugal, destinado a reduzir o défice da balança de pagamentos portuguesa.

Segundo Vitor Constâncio, o auxílio norueguês a Portugal é desinteressado e reveste-se, numa parte, em cooperação de Estado a Estado, na qual o nosso País não tem contrapartidas para a ajuda fornecida e, noutra parte, traduz-se na cooperação entre empresas dos dois países, a qual conhece, agora, franco desenvolvimento, dada a maior confiança que os empresários da Noruega depositam na economia portuguesa.

«EXCEDER OS LIMITES DOS INTERESSES RECÍPROCOS»

Discursando durante o jantar oferecido em honra do ministro Per Kleppe, o Primeiro-ministro Mário Soares afirmou que a cooperação entre Portugal e a Noruega poderia ainda «exceder os limites dos interesses recíprocos» de ambos os países e traduzir-se num esforço de «cooperação tripartida com os países africanos em geral

e, nomeadamente, com os países africanos de expressão portuguesa».

Mário Soares sublinharia «o carácter exemplar» das manifestações de solidariedade da Noruega a Portugal no decurso dos últimos três anos, referindo «o calor, a amizade e a espontaneidade» com que o povo português recebeu o rei Olavo V durante a sua visita a Portugal.

Agradecendo de forma especial «a assistência material aos desalojados de África», o Primeiro-ministro mencionou ainda «a generosa assistência» noutros campos, afirmando, a terminar:

«A Noruega e Portugal reencontram-se novamente nos caminhos da história. Impõe-se saber aproveitar as oportunidades com ousadia e confiança, passando, mais uma vez, das palavras aos actos».

Num curto improviso, Per Kleppe manifestou a solidariedade do seu país para com Portugal e o propósito de desenvolver os sectores de cooperação, correspondendo aos interesses comuns que ligam os dois países.



O ministro norueguês das Finanças, acompanhado pelo ministro Sá Machado, durante uma conferência de imprensa no MNE

PORTUGAL E A CEE

«O Parlamento Europeu não deixará de utilizar a sua autoridade política para que as negociações da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia se façam rapidamente», afirmou, na Assembleia da República, o presidente do Parlamento Europeu, Emilio Colombo, que durante três dias efectuou uma visita oficial ao nosso País.

Ainda no âmbito da adesão de Portugal ao Mercado Comum, o ministro das Finanças e do Plano, Vítor Constâncio, deslocou-se a Bruxelas onde debateu, além de assuntos ligados àquele tema, a questão das possíveis restrições à importação de têxteis portugueses por parte dos países membros da Comunidade.

Durante a sua estada em Lisboa, Emilio Colombo foi recebido pelo Presidente da República e pelo Primeiro-ministro, tendo ainda conferenciado com o presidente do CDS e delegações de todos os partidos com representação parlamentar.

Ao discursar na Assembleia da República, o presidente do Parlamento Europeu manifestou a opinião de que os problemas existentes em relação ao ingresso de Portugal na CEE não podem alterar a vontade política já claramente manifestada pelos seus membros.

«Portugal pertence à Europa, é parte intrínseca dela, mas as circunstâncias de hoje são o testemunho de uma intimidade reencontrada, ou, melhor ainda, do início de uma nova época em que Portugal e os outros membros da Comunidade decidiram unir-se, a fim de contribuírem para a criação de um novo e grande projecto político, o projecto da União Europeia», disse Emilio Colombo na Assembleia.

Depois de sublinhar que o pedido de adesão de Portugal ao Mercado Comum representa, antes de tudo, uma «escolha política», o presidente do Parlamento Europeu recordou os princípios da CEE, reafirmados pelos nove países membros na Declaração de Copenhaga, em Dezembro de 1973, a qual, ao definir a identidade europeia, confirma o desejo de que os povos da Europa «asseguem o respeito pelos valores jurídicos, políticos e morais a que estão ligados, a sua afirmação de uma concepção de vida com algo que se destina à construção de uma sociedade ao serviço do homem e à salvaguarda dos princípios da democracia representativa e dos Direitos do Homem».

Mais adiante, Emilio Colombo referiu-se concretamente ao pedido de adesão à CEE formulado pelo nosso País, afirmando, a pro-



Emilio Colombo, presidente do Parlamento Europeu

pósito das dificuldades existentes em relação a esse projecto:

EXAMINAR OS PROBLEMAS E ENCONTRAR AS SOLUÇÕES

«Tais dificuldades não podem, no entanto, alterar a vontade política já claramente

manifestada de receber os países candidatos, pois a estrutura comunitária e a solidariedade que constitui a sua base devem ser capazes de ajudar os países que se prepararam para dela fazer parte (e os membros actuais que tenham disso necessidade) a ven-

cer as suas dificuldades eventuais. Se, de facto, a Europa soube reconstruir as economias dos Estados que o conflito mundial tinha destruído e soube criar um quadro em que se realizou uma sociedade de bem-estar e de desenvolvimento, não é possível pensar que a sua criatividade e as suas potencialidades não sejam capazes de acolher estes novos desafios do momento presente. O que realmente conta é que os problemas sejam examinados com a vontade de se procurarem soluções adequadas no interesse de todos os membros da Comunidade, tanto actuais como futuros».

A finalizar a sua comunicação, Emílio Colombo falou sobre a acção do Parla-

meiro-ministro português referir-se-ia também às próximas eleições para o Parlamento Europeu, as quais, segundo Mário Soares, constituem motivo de regozijo e uma «feliz coincidência», uma vez que se irão desenrolar num período de alargamento da CEE, com a possível admissão de três novos países membros (Portugal, Espanha e Grécia).

«Tal eleição corresponde à necessidade de empenhar mais profundamente e, sobretudo, mais directamente, os povos europeus e os próprios cidadãos na evolução das instituições, bem como na formulação das grandes decisões comunitárias», declarou o

«PORTUGAL FEZ A SUA OPÇÃO EUROPEIA»

Falando aos jornalistas durante uma conferência de imprensa — em que também participou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Vitor Sá Machado —, o presidente do Parlamento Europeu afirmou que a admissão de Portugal na Comunidade Económica Europeia contribuirá, em virtude da afinidade linguística e civilizacional, para o reforço dos laços de cooperação entre a Europa e os outros continentes. Emílio Colombo considerou, por outro lado, que o que realmente interessa, tanto a Portugal como aos outros países candidatos à entrada



Emílio Colombo e Mário Soares, no Palácio de S. Bento

mento a que preside, o qual, segundo disse, se pronunciou «por unanimidade, no decurso de um debate recente, a favor da aceitação do pedido de adesão de Portugal».

«O Parlamento Europeu», acrescentou, «está em vésperas de eleições por sufrágio universal e estas mobilizarão a opinião pública europeia, sobretudo as novas gerações, em redor dos temas da Europa».

«FELIZ COINCIDÊNCIA»

Ao discursar durante o banquete oferecido em honra de Emílio Colombo, o Pri-

meiro-ministro, que considerou impossível encontrar, dentro dos enquadramentos nacionais, as soluções para inverter o curso da crise económica e do desemprego, o ressurgimento das tendências proteccionistas e os efeitos negativos da desordem monetária.

«Colocarmo-nos pois, e resolutamente, ao nível europeu na procura de soluções, e apostar na Europa, a despeito do tempo necessário que toda e qualquer evolução desta natureza possa exigir, e sem tão pouco menosprezar os obstáculos que se lhe opõem e se lhe oporão, nos dias de amanhã, é, ao fim e ao cabo, caminhar no sentido da História», afirmou ainda Mário Soares.

no Mercado Comum, não é apenas «o alargamento da Comunidade Europeia, mas também emparceirar-se com uma comunidade viva, dinâmica e progressiva, que venha a constituir-se em união política dos países do velho continente».

Congratulando-se pela forma «admirável» como o nosso País conseguiu superar as suas dificuldades internas, Emílio Colombo disse que «Portugal fez a sua opção europeia, deseja encontrar-se com o Mercado Comum e já atingiu os mesmos ideais da Europa — liberdade, democracia, solidariedade entre os povos e justiça social entre os povos, as regiões e as classes sociais».

ESTADOS UNIDOS EMPRESTAM
300 MILHÕES DE DÓLARES
A PORTUGAL



O presidente do Parlamento Europeu, acompanhado por Vasco da Gama Fernandes, na Assembleia da República



Emílio Colombo e Sá Machado, em conferência de imprensa

Victor Constâncio em Bruxelas

Para a discussão de problemas relacionados com o pedido de adesão de Portugal à CEE, deslocou-se a Bruxelas o ministro das Finanças e do Plano, Vitor Constâncio.

Na capital belga, Vitor Constâncio reuniu-se com o vice-presidente da comissão encarregada das questões relativas ao alargamento da CEE, Lorenzo Natali, e com o grupo de trabalho, presidido por Roland de Kergolay, que trata da elaboração dos pareceres sobre os novos pedidos de adesão. O ministro encontrou-se também com a missão portuguesa junto da CEE, chefiada

pelo embaixador Siqueira Freire. No decorrer das reuniões, Vitor Constâncio prestou informações sobre a situação actual da economia portuguesa e sobre a política económica do II Governo Constitucional e, ainda, sobre os planos de estabilização a médio e longo prazo. A posição do Governo português face às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi também debatida nestes encontros.

O titular da pasta das Finanças e do Plano recolheu, por outro lado, informações sobre o estado dos trabalhos relativos ao documento geral que a CEE prepara sobre o alargamento e, em particular, sobre o estado do parecer no que respeita ao pedido português de adesão.

A QUESTÃO DOS TÊXTEIS

Em declarações à imprensa, ao regressar a Lisboa, Vitor Constâncio revelou que

aproveitara estas conversações com dirigentes da CEE para levantar alguns problemas ligados às nossas exportações de têxteis para os países da Comunidade, dado que a CEE «nos fez propostas de algumas limitações nesse domínio, que nós não aceitamos».

«Neste momento — acrescentou — o assunto encontra-se suspenso, embora alguns países da Comunidade se preparem, aparentemente, para começar a aplicar, unilateralmente e fora dos mecanismos previstos no acordo comercial com a Comunidade, aquilo que eram as propostas que nos foram apresentadas».

Vitor Constâncio sublinharia ainda que «o Governo português não aceita esta posição dos países da Comunidade», contando continuar a discutir o assunto, «de forma a poder-se chegar a uma conclusão satisfatória, que respeite os termos do acordo comercial que temos com os países do Mercado Comum».

ESTADOS UNIDOS EMPRESTAM 300 MILHÕES DE DÓLARES A PORTUGAL

42

Um empréstimo de 300 milhões de dólares (cerca de 12 milhões de contos) foi concedido pelos Estados Unidos ao nosso País, através de um acordo assinado em Lisboa, nas instalações do Banco de Portugal. Estes 300 milhões de dólares constituem a quota-parte dos EUA para o denominado «grande empréstimo internacional» ao nosso País, no valor de 750 milhões de dólares (cerca de 30 milhões de contos). Até ao momento já contribuíram para esse empréstimo a Venezuela (22,5 milhões de dólares), a Noruega (10 milhões de dólares), a Suíça (30 milhões de dólares) e o Canadá (15 milhões de dólares em trigo), faltando, portanto, subscrever ainda 372,5 milhões de dólares (49,66 por cento do total). Presentemente, decorrem negociações nesse sentido com a Grã-Bretanha, o Japão e a Áustria, devendo iniciar-se brevemente as negociações com a República Federal da Alemanha.

O acordo foi assinado pelo governador do Banco de Portugal, Silva Lopes, e pelo encarregado de negócios da Embaixada norte-americana em Lisboa, Herbert Okun.

Na sua importante alocução, o governador do Banco de Portugal frisou que o desequilíbrio da balança de pagamentos representa o aspecto «mais preocupante» da difícil situação económica que Portugal enfrenta.

«É bem sabido», disse Silva Lopes, «que a gravidade da nossa situação económica externa resulta, em grande parte, de factores que não podiam ser controlados por nós, embora isso não signifique que não haja também uma quota-parte de responsabilidade que nos tem de ser imputada».

Fazendo notar que a estrutura económica existente não permitiu a Portugal uma adaptação rápida às consequências negativas da alta dos preços do petróleo, da recessão económica internacional, da quase paralisação — ou mesmo reversão — dos movimentos migratórios na Europa e da intensificação do protecçãoismo contra o comércio internacional de certos produtos, como os têxteis e os produtos agrícolas, Silva Lopes recordou, por outro lado, a «infeliz coincidência» que fez conjugar aqueles factores com «um período de perturbações e rupturas provocadas, entre nós, pela descolonização, pela transformação do regime político e por profundas transformações da estrutura social».

A ASSISTÊNCIA ECONÓMICA DOS EUA A PORTUGAL

«Se Portugal se visse forçado a lutar sozinho — salientou Silva Lopes —, sem



Silva Lopes, governador do Banco de Portugal



James Carter, presidente dos EUA

qualquer apoio internacional, para corrigir o desequilíbrio económico e financeiro existente, os sacrificios a suportar seriam de tal maneira pesados que a consolidação das nossas instituições democráticas seria gravemente ameaçada».

«Felizmente para nós», afirmou o governador do Banco de Portugal, «esta situação foi bem compreendida pelos países que nos têm ajudado. E entre esses países há que destacar os Estados Unidos da América. A assistência económica que nos foi concedida pelo Governo americano, em termos altamente favoráveis, e as operações financeiras realizadas em organizações oficiais dos EUA atingiram valores consideráveis e contribuíram, de forma muito significativa, para aliviar as nossas dificuldades na balança de pagamentos».

Silva Lopes referiu, também, que a organização do plano coordenado de empréstimos, no valor global de 750 milhões de dólares, a conceder por vários países, ficou a dever-se «em grande parte à iniciativa e ao empenho das autoridades americanas, que envolveu a participação activa do próprio Presidente Carter».

O governador do Banco de Portugal salientou, aliás, a propósito do «grande empréstimo», que este constituía uma operação com características «de tal maneira excepcionais que nenhum outro país conseguiu, até agora, que ela fosse considerada um precedente a partir do qual pudesse obter um apoio análogo ao que nos foi

concedido». Silva Lopes recordou ainda que a contribuição dos Estados Unidos, totalizando 300 milhões de dólares, é a mais importante de todas as que estão incluídas no plano do «grande empréstimo».

«EXEMPLO NOTÁVEL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL»

«Este acordo dá um exemplo notável de cooperação internacional», declarou, por sua vez, o encarregado de negócios dos EUA, Herbert Okun, que realçou o facto de o total de «empréstimos e doações» do Governo norte-americano a Portugal, nos últimos três anos, se elevar a 919 milhões de dólares (aproximadamente 37 milhões de contos).

«Sentimo-nos particularmente satisfeitos por participar nestes programas porque o nosso objectivo comum imediato é ajudar o povo português no seu decidido esforço para estabelecer um sistema de Governo que represente os mais elevados ideais democráticos de igualdade e justiça», sublinhou Herbert Okun.

Depois de se referir aos principais domínios (saúde, habitação e educação) da cooperação luso-americana, o encarregado de negócios dos EUA manifestou a esperança de que o presente empréstimo ajude «os Portugueses a alcançarem melhores condições sociais e económicas, tanto para eles como para as gerações vindouras».

Candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança da ONU

Portugal apresentou a sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 1979/80. As eleições terão lugar no decurso da XXXIII sessão da Assembleia Geral da ONU de Setembro a Dezembro do corrente ano.

Recorde-se que, de acordo com a Carta da ONU, o Conselho de Segurança é um dos principais órgãos das Nações Unidas no domínio da manutenção da paz e da segurança internacionais. O Conselho é constituído por quinze membros, dos quais cinco têm direito a veto.

No exercício das suas funções o Conselho de Segurança da ONU pode adoptar decisões que serão obrigatórias para todos os Estados membros. Assim, aquele órgão pode, por exemplo, aprovar recomendações decidindo a adopção de medidas económicas contra Estados que ponham em perigo o equilíbrio internacional e, em casos extremos, a própria intervenção militar, quando a ameaça à paz seja considerada extremamente grave e insusceptível de ser resolvida por meios diplomáticos.

Além dos cinco membros permanentes (Estados Unidos, União Soviética, China Popular, França e Grã-Bretanha), que dispõem do direito de veto, fazem actualmente parte do Conselho de Segurança da ONU os seguintes Estados: Bolívia, Canadá, Checoslováquia, República Federal da Alemanha, Gabão, União Indiana, Kuwait, Ilhas Maurícias, Nigéria e Venezuela. Os dez membros não-permanentes são eleitos por períodos de dois anos, em votação da Assembleia Geral da ONU.

Intercâmbio desportivo entre Portugal e a Venezuela

Portugal e a Venezuela estabeleceram as bases da cooperação a levar a efeito no sector do Desporto em acordo que deverá ser assinado pelo Presidente Ramalho Eanes durante a sua viagem oficial àquele país latino-americano, marcada para o próximo mês de Maio. O projecto deste convénio foi estabelecido na

sequência da visita ao nosso País do ministro venezuelano da Juventude e Desportos, Alfredo Baldó Casanova.

Durante a sua estada de três dias na capital portuguesa, Alfredo Baldó Casanova — que foi até há poucos meses embaixador do seu país em Portugal — teve sessões de trabalho com o secretário de Estado da Juventude e Desportos, Joaquim de Sousa, e foi recebido pelo Primeiro-ministro, Mário Soares, a quem fez entrega de uma mensagem pessoal do Presidente da Venezuela, de que era portador.

Em declarações à imprensa, o ministro venezuelano afirmou que o referido acordo constitui a concretização, no sector desportivo, do Convénio de Cooperação bilateral assinado durante a visita a Lisboa do Presidente Andrés Perez, e visa o intercâmbio de técnicos e manifestações desportivas.

A deslocação de uma equipa de treinadores de futebol à Venezuela é, desde já, um dos projectos que poderão vir a ser encarados, uma vez que Alfredo Baldó Casanova foi portador de um pedido nesse sentido, formulado pelo Instituto Nacional de Desportos daquele país. Noutras modalidades, nomeadamente nos casos da vela, remo e atletismo, a Venezuela está igualmente interessada na deslocação de técnicos nacionais, prevendo-se, em contrapartida, que técnicos venezuelanos ligados à natação e ao boxe visitem o nosso País.

Além de se ter informado sobre as estruturas desportivas do nosso País, o ministro Baldó Casanova analisou as experiências desenvolvidas em Portugal em matéria de desporto juvenil e de organização das pousadas destinadas à juventude. «Na Venezuela — afirmou — estamos praticamente a zero nesses capítulos e queremos aproveitar o melhor possível a experiência portuguesa neste campo». Neste âmbito, Alfredo Baldó Casanova desloca-se à Pousada de Juventude de Catalazete, onde foi recebido por elementos da direcção da Associação Portuguesa das Pousadas de Juventude, com quem trocou impressões sobre o modo de funcionamento da nossa rede de pousadas e os trabalhos em curso para o seu alargamento.

Em entrevista concedida à Anop, o ministro venezuelano referiu o interesse das autoridades do seu país em que, por

ocasião da visita de Ramalho Eanes a Caracas, se realizem na Venezuela diversas actividades culturais portuguesas, com particular relevo para o teatro e a literatura infantil.

O ministro salientaria, por outro lado, a «força desportiva» das comunidades portuguesa, espanhola e italiana na Vene-

zuela, as quais «são, praticamente, quem «faz» o futebol no país e quem fornece o maior contingente de público aos desafios». Actualmente, recorde-se, o «Desportivo Português» é a equipa campeã de futebol na Venezuela, representando o país nas competições inter-clubes da América Latina.

Comércio Luso-Polaco

Decorreu em Lisboa a terceira reunião do Grupo de Trabalho Miso Luso-Polaco, no âmbito do acordo existente entre Portugal e a Polónia sobre trocas comerciais, navegação e cooperação económica, industrial e técnica. A reunião teve a duração de dois dias, devendo a próxima realizar-se no Outono, em Varsóvia.

Presidiu à delegação da Polónia o director-geral do Comércio e Economia Marítima daquele país, Stanislaw Brzoska, e à delegação portuguesa o director-geral do Comércio Externo, Dias de Oliveira.

No campo da cooperação comercial, as duas delegações analisaram as trocas comerciais entre os dois países em 1977 e acordaram em que o défice

português deverá ser reduzido na medida do possível, «sem contracção do fluxo de trocas», como referiu o chefe de delegação portuguesa, sublinhando que o défice registado no ano passado marcou, no entanto, uma diminuição da ordem dos 50 mil contos em relação ao ano anterior, passando de 400 mil contos em 1976 para cerca de 350 mil contos em 1977.

Depois de acentuar que o saldo negativo se deve ao carvão, o qual representa 60 por cento das importações feitas por Portugal à Polónia, Dias de Oliveira informou que as duas delegações haviam estabelecido a lista dos principais produtos que os dois países pretendem incluir nas trocas comerciais para o ano em curso.

Prémio «Comunidades Europeias» para selo português

Portugal obteve o grande prémio «Comunidades Europeias» com um selo da emissão «Europa 77» (quatro escudos). O selo premiado — que representa uma paisagem característica das planícies das províncias meridionais — foi escolhido entre as emissões «Europa 77», que tradicionalmente saem na Primavera de cada ano entre os

países membros da Comissão Europeia de Correios e Telecomunicações (CEPT).

O prémio agora atribuído será entregue por ocasião da proclamação dos grandes prémios referentes ao ano em curso, a realizar em Dezembro na cidade de Bruxelas (Bélgica). O embaixador de Portugal foi convidado a fazer parte do júri.



O selo português da emissão «Europa-77» que obteve o prémio «Comunidades Europeias»

Comunidades portuguesas



A EMIGRAÇÃO NO PROGRAMA DO II GOVERNO CONSTITUCIONAL

Apresentamos a seguir as passagens do Programa do II Governo Constitucional referentes ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro e à política de emigração.

Além destes pontos, que inserimos na íntegra, o Programa refere-se ainda a outros assuntos ligados aos portugueses residentes no estrangeiro: emissões em onda curta, alargamento da rede de delegações da ANOP, poupança dos emigrantes e investimentos no País, transportes aéreos e convenções bilaterais de segurança social.

Ensino no estrangeiro

Educação de emigrantes:

— Estabelecimento de contactos com a finalidade de dotar de educadores de língua portuguesa os jardins-de-infância existentes nas zonas de forte concentração de emigrantes.

— Diligências para uma maior integração do ensino do Português no sistema escolar dos países de imigração.

— Reestruturação e alargamento da rede escolar e sua utilização em cursos para adultos.

— Publicação urgente do estatuto do professor no estrangeiro.

São objectivos essenciais nesta área a educação dos emigrantes e seus filhos em idade escolar e a difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Política de emigração

A protecção aos emigrantes portugueses será um factor de preocupação constante do Governo.

Na ordem externa, e no quadro dos contactos a desenvolver entre o Governo Português e os Governos dos países de imigração, serão objectivos a prosseguir, designadamente:

a) Velar pelo integral cumprimento dos acordos já estabelecidos com a França, principal país de destino da emigração portuguesa;

b) Estabelecer ou renegociar acordos já existentes na perspectiva de conseguir para as comunidades portuguesas emigradas melhores condições de vida e de trabalho, tendo em conta os problemas que quotidianamente se colocam àquelas, não esquecendo a sua equiparação tendencial e progressiva aos trabalhadores das comunidades de acolhimento. Assim, no seguimento de diversas intervenções junto das autoridades da RFA e da Venezuela iniciar-se-á desde já a renegociação do acordo à emigração com aquele país e a negociação de um

— Descentralização dos serviços e criação de novos lugares de coordenadores do ensino português no estrangeiro.

— Promoção de acções de reciclagem dos docentes em exercício.

— Incentivo ao ensino do Português fora do continente europeu e diligências no sentido de desenvolver *curricula* biculturais.

— Publicação de legislação que simplifique o actual sistema de equivalência de estudos no ensino não superior.

— Difusão da língua e cultura portuguesas.

— Criação de novos leitorados e centros de apoio aos leitores e docentes portugueses no estrangeiro.

— Publicação do estatuto do leitor.

— Apoio aos organismos internacionais de natureza cultural dedicados ao estudo e divulgação da cultura portuguesa.

acordo com a Venezuela. Por outro lado, o Governo efectuará as diligências necessárias à entrada em vigor dos acordos já negociados, na vigência do anterior Governo, com a Bélgica e o Luxemburgo. Finalmente, deverão ser envidados todos os esforços para melhorar ou estabelecer convenções de segurança social entre outros países, com a Bélgica e a Holanda, no primeiro caso, e com a Venezuela, Grã-Bretanha e Canadá, no segundo.

Por outro lado, e no plano multilateral, tendo em conta a tomada de consciência e o interesse que várias organizações internacionais têm vindo a dedicar às questões de emigração, assume particular relevância a participação activa de Portugal nestas, sempre que possível buscando o interesse concertado dos países de emigração, sobretudo da Europa.

Destas organizações destacam-se em especial a ONU, o BIT, a OMS e o Conselho da Europa. No que respeita a esta última dar-se-á especial atenção às diligências que conduzam à aplicação da Convenção sobre o Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante a um maior número de países membros.

Proseguirão, entretanto, no âmbito das relações com o Conselho da Europa, e como se refere no capítulo do Programa relativo a segurança social e saúde, os trabalhos relacionados com a ratificação dos acordos provisórios e europeus relativos aos regimes de segurança social, convenção europeia sobre assistência social e médica, bem como a assinatura da convenção europeia de segurança social.

Pelo que respeita à CEE, na perspectiva da adesão de Portugal, e no âmbito das negociações a esta relativas, procurar-se-á o estatuto que, inserido na regulamentação comunitária, melhor sirva os interesses nacionais e dos emigrantes.

Enfim, os interesses e as capacidades dos próprios emigrantes merecerão especial atenção e carinho por parte do Governo.

Será intensificada a informação aos emigrantes, pela melhoria dos meios de actualização já postos em prática, procurando-se que esta atinja de forma objectiva maior número possível de destinatários. Procurar-se-á ainda o desenvolvimento das acções culturais que visem a promoção cultural e a manutenção dos laços entre emigrantes e Portugal.

Merecerá especial cuidado o desenvolvimento da política de ensino do Português no estrangeiro, através de um esforço das estruturas já criadas e do aperfeiçoamento e intensificação de acções interministeriais.

Com vista a minorar, e, se possível, resolver, os problemas e carências mais fortemente sentidas nos países de acolhimento, o Governo intensificará decididamente o apoio social e jurídico às comunidades, designadamente através de maior eficácia nos serviços consulares e de todos os outros agentes já existentes.

Será dada especial atenção ao associativismo entre os emigrantes, fomentando-se, designadamente na sua forma federativa. Para o efeito, promoverá o Governo o apoio económico que permita a criação e manutenção de associações.

Na ordem interna e na perspectiva da tendência natural do regresso a Portugal, haverá que consolidar duas linhas de actualização fundamentais:

a) A intransigente defesa dos direitos e da propriedade privada dos emigrantes em Portugal;

b) A adopção de planos e medidas que permitam e motivem a readaptação económica e profissional dos emigrantes, designadamente através do fomento da aquisição de habitações, da formação de empresas e da plena utilização das capacidades profissionais adquiridas no estrangeiro.

MENSAGENS DO PRIMEIRO-MINISTRO E DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS AOS EMIGRANTES

46

Mensagem de Mário Soares

O Primeiro-ministro, Mário Soares, numa mensagem dirigida às comunidades portuguesas, e difundida através dos serviços internacionais da RDP, afirmou que «a tarefa que, no momento, se impõe em Portugal não é caminhar em direcção ao socialismo e nem sequer tentar realizá-lo, mas sim consolidar a democracia e resolver os problemas económicos».

Nesta mensagem aos emigrantes, Mário Soares começa por recordar o processo que levou à formação do II Governo Constitucional e refere-se ao acordo com o CDS, que possibilitou a constituição do novo Gabinete, afirmando que ele nada tem de ambíguo, já que, na sua essência visa obter uma solidariedade nacional para vencer a crise económica-financeira.

Falando da referida crise, o Primeiro-ministro lembrou que sem uma economia estável não há democracia actuante em parte alguma do Mundo. «Portanto — acentuou, a propósito — a prioridade das prioridades está neste momento em conseguir normalizar a situação económica para que assim se possam consolidar as actuais instituições democráticas».

Reportando-se ainda ao acordo PS-CDS no âmbito do Governo, esclareceu que os dois partidos resolveram abater as bandeiras partiRárias até 1980, altura das novas eleições.

Particularizando a situação dos emigrantes, Mário Soares lembrou que o programa do actual Governo inclui providências várias no sentido de «facilitar a vida dos emigrantes nos países onde eles se encontram, pois que — frisou — o Governo português tem a consciência de que os emigrantes, onde quer que se encontrem, são parte integrante de Portugal, têm de ser encarados, auxiliados e acarinhados como portugueses e dos melhores que são».

Mensagem de Sá Machado

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros dirigiu uma mensagem aos emigrantes, através da onda curta da RDP. Nessa comunicação, Sá Machado garantiu que a política externa portuguesa nunca deixará de considerar objectivo fundamental da sua actividade o bem-estar e a prosperidade dos nossos compatriotas espalhados pelo mundo.

Sá Machado, depois de sublinhar que «são os portugueses que fazem Portugal», declarou: «Sendo o ministro dos Negócios Estrangeiros, assumo a responsabilidade muito especial, em que me empenharei sem desfalecimentos, de defender os interesses dos portugueses que no estrangeiro vivem e que, pela força do seu trabalho e pelo valor da sua inteligência, além fronteiras, labutam e a seu modo são e constroem Portugal, tanto como os que na Pátria ficaram».

Referiu ainda o ministro que não haverá distinções em relação aos emigrantes, quer devido às suas inclinações políticas, quer pelos países que escolheram para fazer a sua vida, uma vez que todos, «por igual», merecem «respeito e gratidão». Acentuou, ainda, Vítor Sá Machado: «Desde já lutaremos para vos assegurar as melhores condições que for possível: através da nossa acção diplomática e consular vamos apoiar-

-vos por todos os meios, do mesmo passo procurando obter a melhor colaboração das autoridades dos países onde vivem e para os quais vai, afinal, tanto do vosso melhor esforço».

A concluir esta mensagem aos emigrantes, o ministro dos Negócios Estrangeiros garantiu: «Pelos serviços criados para o apoio à emigração, será desenvolvida em todos os sectores a nossa mais directa acção, mas desejo assegurar claramente a todos os compatriotas espalhados pelo mundo que a política externa portuguesa, mesmo nas acções que porventura menos pareçam reflectir as vossas preocupações, tê-los-á sempre presentes, nunca deixando de considerar objectivo fundamental da sua actividade o vosso bem-estar, a vossa prosperidade, a vossa integração social nos países que habitam e na Pátria que somos e pela qual todos vamos lutar confiadamente».



O Primeiro-ministro, Mário Soares



O ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado

Congresso das comunidades açorianas

Um dos objectivos do Congresso das Comunidades Açorianas, que de 16 a 19 de Agosto vai decorrer em três cidades do arquipélago, como já referimos em número anterior, é a consciencialização da representatividade de tais comunidades nas sociedades em que estão inseridas.

Esta declaração foi feita pelo director regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves, que anunciou ainda outros objectivos do Congresso: o levantamento e estudo dos grandes problemas que afectam as comunidades açorianas, a dinamização e organização interna das mesmas e o estudo de esquemas de ligação intercomunidades. Costa Neves, é um dos elementos da Comissão Organizadora do Congresso, cujos trabalhos decorrerão em Ponta Delgada (agricultura e pescas, comércio e indústria e investimento e finanças), Angra do Heroísmo (educação e cultura, comunicação social e organização e vivência de comunidades) e Horta (transportes, comunicações e turismo).

«Rádio Renascença» vai ter um emissor de ondas curtas



O Conselho de Gerência e Direcção da Liga dos Amigos da Rádio Renascença tomou a decisão de equipar esta Estação de Rádio com um grupo emissor de onda curta, constituído por um emissor principal de 50KWS e um outro, de reserva, de 10 KWS. Estes emissores destinam-se exclusivamente e numa primeira fase, a servir os núcleos de emigrantes espalhados por diversas comunidades nos Estados Unidos, Canadá e países da Europa e África Austral, entre os quais Moçambique e Angola.

O contrato de aquisição do grupo emissor já foi assinado entre a Rádio Renascença e uma companhia alemã. Prevê-se a sua entrada em funcionamento no princípio do próximo ano.

Este projecto tem o apoio do presidente da Comissão Episcopal das Migrações, bem como de todos os membros do Episcopado Português.

Recorde-se que a Rádio Renascença (Emissora Católica Portuguesa), fundada em 1933, é a única estação de rádio não estatizada em Portugal, contando com muitos milhares de subscritores que formam a Liga dos Amigos da Rádio Renascença.

«Portugal/78» programa da RDP para os emigrantes

O departamento internacional da Radiodifusão Portuguesa começou a transmitir em onda curta uma nova rubrica dirigida especialmente aos emigrantes, «Portugal/78». O programa é elaborado pela Secretaria de Estado da Emigração, e vai para o ar todas as quartas-feiras 5s 19.15 horas. O novo programa pretende constituir uma tribuna da SEE, levando aos portugueses que trabalham e residem no estrangeiro as posições deste

departamento, suas realizações e tudo aquilo que, de uma forma geral, tenha interesse para as comunidades portuguesas. A primeira edição de «Portugal/78» inclui o início de uma entrevista com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, dr. João Lima, pronunciando-se este membro do Governo sobre problemas que afectam a emigração portuguesa na França e República Federal da Alemanha.



Novas carreiras aéreas e voos especiais

A transportadora aérea nacional (TAP) vai criar, no próximo Verão, carreiras para a cidade francesa de Lyon e aguarda autorização governamental para uma nova carreira entre Lisboa e o Rio de Janeiro, com escalas em São Salvador da Baía e no Porto.

Esta informação foi prestada pelo presidente do Conselho de Gerência da TAP, dr. Monteiro da Silva, em entrevista concedida à agência ANOP, na qual acentuou que a actual administração da empresa, ao cabo de cem dias de gestão, e apesar das dificuldades publicamente conhecidas, procedeu à abertura de um novo escritório terminal em Buenos Aires. Segundo foi noticiado, a TAP, que mantém

actualmente, e até ao Verão deste ano, 57 linhas em funcionamento, está a actualizar e efectuar estudos abrangendo muitos outros destinos, na busca de novas operações visando a expansão para os próximos anos numa base económica aceitável.

Voos «carter» da Califórnia para os Açores

A ANOP noticiou, por outro lado, que onze voos especiais, directamente da Califórnia para os Açores, serão realizados pelos aviões da TAP durante o ano em curso. A notícia foi recolhida por esta agência no jornal «Portuguese Times» que informou terem os Transportes Aéreos Portugueses assinado um contrato com a «Charter Express» nesse sentido.

Em estudo nova linha Frankfort-Porto

Um representante da companhia aérea da Alemanha Federal (Lufthansa) que opera diariamente entre Frankfort e Lisboa, afirmou à ANOP que estão a ser estudadas, pela Lufthansa, as possibilidades de poder vir a operar, também, no aeroporto de Pedras Rubras, no Porto. Os contactos para a concretização de tal objectivo serão previamente estabelecidos com a companhia portuguesa (TAP) e a sua efectivação dependerá de um acordo mútuo. Recorde-se que a Lufthansa, além das carreiras diárias, opera também todos os fins-de-semana com dois voos entre Lisboa e Stuttgart e Lisboa-Dusseldorf, e aos domingos com um voo turístico entre Frankfort e Faro.

A Caixa dos Trabalhadores Migrantes informa:

Prazo de validade do formulário SE-139-07 (França) emitido em relação a familiares deslocados temporariamente no nosso país

Pela folha de «Informações» n.º 04/74, de 23/8/74, foram comunicadas a todas as Instituições de Previdência, as «Normas de Execução aprovadas pela Direcção-Geral da Previdência e relativas ao procedimento a adoptar para efectivação do direito às prestações em espécie dos seguros de doença e de maternidade, ao abrigo da Convenção Geral luso-francesa de 29/7/71, no que diz respeito aos familiares que acompanham o trabalhador durante uma estada temporária em Portugal por ocasião do período de férias pagas anuais».

Contudo, várias Instituições têm levantado dúvidas e demonstrado estranheza ao verificarem que lhes são apresentados formulários SE-139-07, emitidos a favor de familiares nas circunstâncias acima mencionadas, cujo prazo de validade está limitado a um mês que é o correspondente ao período de férias pagas do seguro, em vez dos 12 meses previstos no art.º 16.º do Acordo Administrativo Geral.

Para obviar a tal inconveniente, quando das conversações da Comissão Mista que se reuniu em Lisboa de 5 a 10 de Dezembro último, a delegação portuguesa abordou o problema, tendo a delegação francesa tomado o compromisso de chamar a atenção das caixas francesas, através dos mecanismos próprios, para que, de futuro, conste sempre nos formulários SE-139-07 a indicação de doze meses em todos os casos em que haja lugar à sua missão.

Assim e para esclarecimento completo dos Serviços interessados, informamos que o período durante o qual os familiares podem beneficiar das prestações em espécie é sempre de doze meses, mesmo que nos formulários SE-139-07 venha indicado um período de validade diferente.

O reembolso das despesas efectuadas com base na aplicação do artigo 16.º da Convenção, ao abrigo do qual os familiares nas circunstâncias atrás mencionadas têm direito à concessão das prestações em espécie, é efectuado por *montantes convencionais*, tal como em relação aos familiares residentes no país. Esta matéria está regulada pelo art.º 34.º do Acordo Administrativo Geral.

Estatuto do Comerciante

Dirigem-se, frequentemente, à Secretaria de Estado da Emigração, emigrantes que pretendem obter informações relativas ao estatuto de comerciante, pois tencionam, após o seu retorno definitivo, estabelecer-se como tal em Portugal.

O diploma que entrou em vigor em 25 de Fevereiro de 1978 veio estabelecer os princípios gerais do «estatuto do comerciante», princípios esses que implicaram a revogação do Decreto-Lei n.º 48 261 de 23 de Fevereiro de 1968 e da Portaria n.º 535/71 de 26 de Outubro, diplomas que até ao momento regularam a matéria em análise.

Deste diploma destacam-se, por parecerem mais relevantes, os seguintes pontos:

Reforço legal dos requisitos mínimos tidos por indispensáveis para a concessão da autorização de exercício de actividade comercial (previstos no art.º 8.º do diploma).

Definição das actividades comerciais:

- Exportadores;
- Importadores;
- Armazenistas;
- Retalhistas;
- Vendedores ambulantes;
- Feirantes;
- Agentes comerciais.

Cessação das limitações até agora existentes relativas à aquisição de produtos pelos retalhistas. Estes passam a poder *adquirir directamente* os artigos aos produtores ou aos importadores.

Planificação da implantação dos estabelecimentos ou armazéns (quando o exercício da actividade assim condicione) de acordo com os planos de urbanização aprovados para a localidade em que se situem.

Para o efeito devem os futuros comerciantes munir-se de um parecer da Câmara Municipal da localidade sobre se a unidade comercial a instalar respeita os aspectos relativos a distâncias entre estabelecimentos onde se vendam os mesmos produtos, número de habitantes por estabelecimento, dimensões mínimas, etc.

Finalmente saliente-se que foram previstas sanções destinadas a desencorajar os eventuais prevaricadores e que constam essencialmente do art.º 22.º do presente decreto-lei.

Indicam-se seguidamente os *elementos que deverão constar do requerimento* a enviar, em duplicado à Direcção-Geral da Coordenação Comercial do Ministério do Comércio e Turismo por parte de pessoas singulares (comerciantes em nome individual, por contraposição a sociedades) solicitando autorização para o exercício do comércio:

- a) Identificação do requerente pelo nome, profissão, residência e número do bilhete de identidade;
- b) Actividade ou actividades comerciais para as quais é requerida a autorização;
- c) Ramo de comércio a exercer;
- d) Produtos ou grupos de produtos abrangidos pelo pedido de autorização;
- e) Lugar onde vai ser exercida a actividade;
- f) Localização do estabelecimento ou armazém, nos casos em que o exercício da actividade seja acompanhado da existência daquelas unidades.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão do registo comercial ou, no caso de esta ser negativa, também declaração em assinatura do requerente reconhecida por notário, da qual conste que é civilmente capaz e que não está proibido de exercer o comércio;
- b) Documento comprovativo de que possui no mínimo a escolaridade obrigatória;
- c) Documento comprovativo do cumprimento das obrigações fiscais inerentes à actividade a exercer;
- d) Certificado do registo criminal;
- e) Duas fotografias formato passe;
- f) Documento comprovativo de que o estabelecimento ou armazém obedece aos requisitos referidos em 3. e 4. (parecer da câmara municipal).

Emolumentos Consulares

Em cumprimento do que dispõe o Decreto-Lei 667 de 5 de Agosto de 1976 (n.º 1 do artigo 18.º), e por despacho do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração foi aumentada na proporção mínima de 1 para 2, e na proporção máxima de 1 para 30, a importância de todas as licenças, taxas e multas.

Em consequência foi aumentada na proporção de 1 para 2 (proporção mínima) a tabela dos emolumentos consulares, que desde 1965 não tinha sido modificada.

Mantêm-se, todavia, sem alteração as taxas militares, o imposto de selo e o custo dos diversos impressos. Na realidade, o custo destas taxas, imposto e impressos beneficia de uma redução, em virtude de actualização do câmbio.

Tal como o novo câmbio consular, as novas tarifas entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1978.

Alteração das taxas de juro de certos empréstimos

1. Pela Lei n.º 83/77, de 6 de Dezembro de 1977, decretada pela Assembleia da República nos termos dos artigos 164.º, alínea a) e 169.º, n.º 2 da Constituição, a taxa de juro dos empréstimos públicos, seguidamente enumerados, passa a ser determinada em função da taxa básica de desconto do Banco de Portugal (a partir de 29/8/77 a taxa básica de desconto do Banco de Portugal passou a ser de 13%), vigente em cada momento da vida dos respectivos títulos, acrescida ou deduzida dos diferenciais indicados no quadro que a seguir se apresenta:

Empréstimos Públicos (taxa de juro)	Diferenciais
Obrigações de Tesouro (10%), 1975 — Planos de Investimentos Públicos...	+ 2,5 %
Obrigações do Tesouro (10%), 1976...	+ 2,5 %
Obrigações do Tesouro FIP, classe A (14%), 1977	+ 5 %
Obrigações do Tesouro FIP, classe B (8%), 1977	- 1 %

2. De notar ainda, no que respeita às Obrigações de Tesouro (10%) de 1976 (emissão autorizada pelo Decreto-Lei n.º 333-A/76 de 10 de Maio), que são mantidas as bonificações previstas na tabela a seguir indicada (conforme art.º 8.º, n.º 2 do citado Decreto-Lei):

OBRIGAÇÕES DE TESOURO (10%) — 1976

Vencimentos dos juros	Bonificações
15 de Novembro de 1978 e 15 de Maio de 1980	1 %
15 de Novembro de 1980 e 15 de Maio de 1981	2 %
15 de Novembro de 1981 e 15 de Maio de 1982	3 %
15 de Novembro de 1982 e 15 de Maio de 1983	4 %
15 de Novembro de 1983 e 15 de Maio de 1984	5 %

3. Relativamente às Obrigações de Tesouro — FIP — 1977, é de referir que o prémio de reembolso fixado na alínea e) do art.º 6.º da Lei n.º 30/77, de 18 de Maio (igual ao capital nominal de cada obrigação — 1000\$00 —, pagável por acréscimo à parcela a amortizar no décimo ano) é aumentado para 1200\$00, podendo vir a ser alterado pelo Ministro das Finanças, em consequência da variação da taxa básica de desconto do Banco de Portugal.

4. Ainda segundo a referida Lei n.º 83/77, o princípio contido em 1. não poderá, em caso algum, determinar a redução das taxas de remuneração dos empréstimos a valores inferiores aos fixados nas condições constantes dos diplomas que autorizaram cada um daqueles empréstimos.

5. O prémio de reembolso citado no ponto 3. também não poderá ser fixado, em caso algum, num valor inferior a 1000\$00.

Em conclusão, segundo o estipulado na Lei n.º 83/77 de 6 de Dezembro os empréstimos referidos em 1. passam a ter direito, a partir do próximo vencimento, aos juros seguintes:

Empréstimos Públicos	Taxa de juro actual
Obrigações de Tesouro (10%), 1975 — Planos de Investimentos Públicos...	15,5 %
Obrigações de Tesouro (10%), 1976 ...	15,5 %
Obrigações de Tesouro FIP, classe A (14%), 1977	18 %
Obrigações de Tesouro FIP, classe B (8%), 1977	12 %

6. O regime constante desta Lei tornou-se efectivo, para cada empréstimo, a partir de 29 de Agosto de 1977.

Obrigações do Tesouro «Fomento de Investimento Público — FIP/77»

Pela Lei n.º 30/77 de 18 de Maio foi autorizada a realização de uma operação de crédito denominada «Fomento de Investimento Público — FIP», tendo sido instituídos dois tipos de empréstimos: FIP classe A — 1977 e FIP classe B — 1977.

Com a Lei n.º 83/77 de 6 de Dezembro as Obrigações do Tesouro «Fomento de Investimento Público — FIP/77» passam a ter direito, a partir do próximo vencimento, aos juros seguintes:

Empréstimo Público	Taxa de juro
Obrigações de Tesouro FIP, classe A, 1977 ...	18 %
Obrigações de Tesouro FIP, classe B, 1977 ...	12 %

Características das duas modalidades:

Valor nominal (custo de cada obrigação)	FIP classe A	FIP classe B
	1000\$00	1000\$00
Taxa de juro anual	14 %	8 %
Pagamento de juro	De 6 em 6 meses (em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano).	Anual.
Amortização ...	Por sorteio. Paga em 15 de Junho de cada ano. A 1.ª realiza-se em 1980 e nos 5 anos seguintes.	Feita todos os anos. Paga em 15 de Dezembro de cada ano, em anuidades iguais à décima parte do valor nominal. A 1.ª realiza-se em 1978. No último ano, além da respectiva amortização, recebe também um prémio de reembolso igual a 1200\$00.

**A correspondência dos nossos leitores
deve ser dirigida para a seguinte morada:
Revista "25 de Abril/Comunidades Portuguesas"
Secretaria de Estado da Emigração
Palácio das Necessidades, 1.º piso
Largo do Rilvas - Lisboa - Portugal**

«Estando interessado em volta¹ om dia para Portugal com a minha família, desejava saber o seguinte:

Em caso de investimento de capital na compra de um apartamento, se o mesmo pode ficar por habitar apesar de eu viver em França, ou se pelo contrário serei obrigado a alugá-lo, partindo do princípio que esse mesmo apartamento me serviria como habitação principal em caso de regresso a Portugal.

Quais são as possibilidades de poder arranjar um emprego, e eventualmente poder continuar os meus estudos de noite, pois tenho um curso de Auxiliar de Laboratório Químico, tirado na Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, do Barreiro. Claro que seria necessário que eu me reciclasse, na medida em que trabalhando na fábrica Michelin como técnico, há já oito anos, tenho feito um trabalho diferente da minha especialização, o que me levou a esquecer um pouco as matérias estudadas há já alguns anos. No entanto, sabendo que Portugal tem muita necessidade de técnicos, eu creio que poderia ser útil à reconstrução de Portugal, com o pouco que eu poderia contribuir.

Tenho 27 anos e o serviço militar adiado até aos 29. Ao atingir esta idade, terei talvez a possibilidade de voltar a adiar a incorporação, ou, ao contrário, terei que fazer a inspeção militar? Peço que me esclareça também sobre este assunto.

A. F. (França)»

Relativamente ao problema da possível compra dum apartamento e da obrigatoriedade ou não em habitá-lo, segundo a legislação vigente ou seja o Decreto-Lei n.º 445/74 de 12 de Setembro (Lei das Rendas) por força do seu artigo 12.º, o senhor deverá declarar à Câmara Municipal onde se localiza a casa, que pretende destiná-la a habitação própria.

Deverá apresentar por escrito um motivo à mesma Câmara, a qual lhe concederá a necessária prorrogação, pois em caso de habitação permanente é necessário que a casa seja ocupada para o fim declarado no prazo de seis meses; de contrário ficará imediatamente sujeito ao regime de arrendamento nos termos do mesmo diploma.

Quanto às possibilidades de arranjar um emprego em Portugal, poderá inscrever-se quando regressar, no Centro de Emprego mais próximo da sua residência.

Sobre a continuação dos seus estudos na Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro, informamo-lo de que após diligência junto da referida Escola comunicaram-nos que poderá tirar o Curso Geral de Química (grau imediatamente superior ao curso que possui).

A partir do ano em que completar 29 anos de idade pode requerer a passagem à Reserva Territorial e depois desta concedida não tem mais obrigações militares a cumprir, podendo fixar residência no país ou permanecer por tempo indeterminado no estrangeiro.

«Fui a Portugal de férias e tive alguns aborrecimentos com indivíduos que me quiseram roubar no caminho, uma vez em Espanha e outra em Portugal. Gostava por isso de saber se tenho direito a licença de pistola para minha defesa e da minha família.»

Sobre este assunto, informamos que o Comando-Geral da Polícia Pública nos prestou os seguintes esclarecimentos:

«Estão de facto a ser concedidas licenças para uso e porte de armas de defesa, nos termos dos artigos 53.º a 56.º do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949.

Nestes termos, só é possível ao interessado ser possuidor daquela licença desde que requeira nos termos legais e cumpra as formalidades previstas, sendo a sua concessão da competência dos Comandos desta Polícia em cada distrito, e o pedido ali apresentado directamente ou encaminhado através das Câmaras Municipais da área de residência dos interessados.»

«Confiei a meu pai a compra de um terreno em Portugal, no valor de 220 contos. Por desconhecimento das leis ou outra razão qualquer que não sei, o meu pai declarou o valor da com/ora em 50 contos, para efeitos do pagamento da sisa. Dizem-me agora que por isso eu posso perder tudo quanto gastei com o terreno, pois a caseira moveu-me um processo dizendo que o campo é para ela, embora sabendo que o meu pai pagou 220 contos. Bem sei que a caseira tem direito de preferência, mas enquanto o terreno esteve à venda ela nunca disse que o queria. Então, depois de saber que o meu pai tinha cometido aquela falta, mudou de ideias. O problema está a ser tratado na Comarca de Vila do Conde por dois advogados que tentam chegar a acordo. Prontifico-me a pagar a multa e tudo o que for necessário pela falta que o meu pai cometeu, mas já lá vão 6 meses e ainda não está nada resolvido. Agradecia ajuda, se possível.

J. S. (Alemanha)»

Se adquiriu o terreno por 220 mil escudos e para efeitos de pagamento de sisa o seu pai declarou apenas 50 mil escudos, terá que pagar o adicional respectivo. A rendeira conhecedora de tal facto, baseou-se nele e resolveu intentar-lhe uma acção de preferência, a qual corre os seus trâmites na Comarca de Vila do Conde; uma vez que nos refere a existência duma tentativa de acordo pelos advogados de ambas as partes, aconselhamo-lo a manter o contacto com o seu, a fim de que este o represente e defenda os seus interesses.

«Tenho um filho que está em França desde 23 de Novembro de 1967 e como não está disposto a cumprir o Serviço Militar eu desejava saber o que devo fazer. Ele nasceu a 4 de Dezembro de 1959 e tem a profissão de pedreiro. Desejava saber tudo isso porque no quartel de Vila Real disseram-me que ele podia tirar uma licença militar definitiva.

M. T. A. (Vila Real)»

Como o seu filho se fixou no estrangeiro antes do dia 31 de Dezembro do ano em que completou 17 anos de idade pode ser abrangido pelas disposições do Artigo 25.º da Lei do Serviço Militar.

Assim, o seu filho deverá dirigir-se ao Consulado de Portugal da área da sua residência no estrangeiro e solicitar o adiamento de classificação até aos 29 anos.

Enquanto estiver na situação de adiamento de classificação pode vir de visita a Portugal e permanecer em território nacional durante 90 dias seguidos ou interpolados, em cada ano civil.

Sempre que vier a Portugal deverá dirigir-se ao Distrito de Recrutamento e Mobilização a que pertencer apresentar o passaporte e solicitar o documento modelo 8 que é o único documento válido para passagem na fronteira, de regresso à sua residência habitual no estrangeiro.

RECTIFICAÇÃO

Na resposta a uma carta do Sr. J. P. N. (publicada no n.º 25, pág. 50), a falta de uma palavra altera completamente o sentido da informação prestada, podendo por isso induzir em erro os leitores

da rubrica «Os leitores escrevem» (o principal interessado recebeu em devido tempo a resposta correcta).

Assim, no segundo parágrafo da referida resposta, deve pois ler-se «(...) gozam reciprocamente do direito de preferência em caso de venda de qualquer dos prédios a quem não seja proprietário confinante».

Uma edição da SEE: «O Trabalho e a Alimentação»

A Secretaria de Estado da Emigração acaba de editar uma brochura sob o título de «O TRABALHO E A ALIMENTAÇÃO» que, devidamente ilustrada, contém noções sobre nutrição e regras de alimentação para uso dos trabalhadores emigrantes portugueses radicados em países com clima frio ou temperado e cuja iniciativa e texto mereceram plena aprovação da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho as quais, a nível mundial, definem a estratégia a adoptar na defesa da saúde e na segurança do trabalho.

O LIVRO

Trata-se duma publicação que expressa o sentimento que anima esta Secretaria de Estado quanto às obrigações que lhe incumbem no tocante à justa assistência a prestar aqueles que, em determinado momento, se viram motivados a passar além fronteiras em busca de possibilidades que lhes garantissem melhores condições de vida.

Assim, o próprio título dessa brochura, só por si, denuncia as preocupações em dar solução aos inúmeros problemas que têm origem na estreita relação que existe entre as condições de trabalho e que estão submetidos os emigrantes e o tipo de alimentação que lhes convém adoptar.

Tal relação reside no facto de ser na alimentação que a «máquina» humana obtém as matérias que, sendo detentores de energia, permitem a manutenção da vida, garantem o estado de saúde e asseguram a capacidade necessária para a realização dos esforços físicos que são impostos nas duras tarefas que são executadas pelos trabalhadores migrantes.

Daí, não poder a alimentação ser obra de mero acaso mas, pelo contrário, obedecer a determinadas regras visto que o organismo humano apresenta como que um balanço com «dever» e «haver», o qual uma vez negativo se reflecte na condição de saúde e na capacidade para o trabalho. Assim, a alimentação terá sempre que ser encarada como um acto básico da vida.

Aliás, todo este problema da alimentação dos trabalhadores migran-

tes passou, a partir de certo momento, a ter especial importância como resultado do reagrupamento familiar e consequente reconstituição do agregado. Então na cena da vida diária do migrante haverá que entrar em linha de conta com os filhos em via de crescimento e com as mulheres, quando grávidas ou em período de amamentação.

Nessa mesma brochura chama-se, mais uma vez, a atenção para um facto que a experiência tem demonstrado ser mais frequente que o desejável. Referimo-nos ao injustificado receio, por parte de muitos emigrantes, de que a vantajosa aplicação dessas regras não seja compatível com a sua bolsa, o que resulta dum

errado conceito de poupança o qual deve ser banido e, pelo contrário, substituído pela ideia de que a saúde é o bem com mais valia.

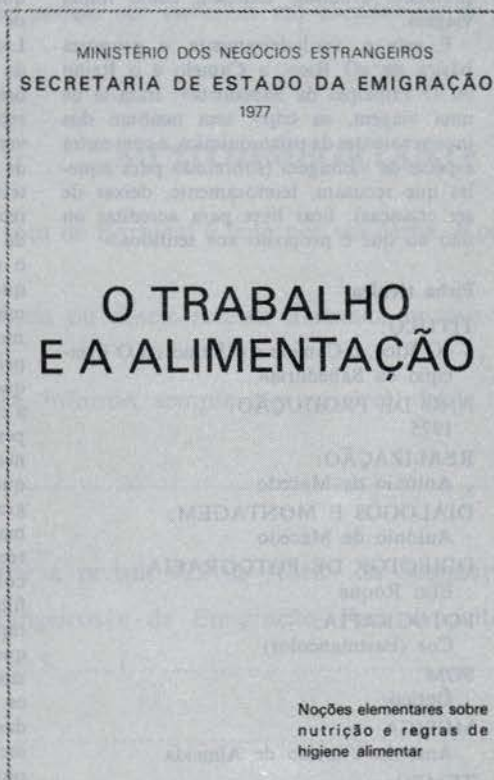
COMO PODE SER ADQUIRIDO

Entretanto a Secretaria de Estado vai iniciar a divulgação dessa brochura que, sendo grátis, poderá ser obtida, quer directamente, quer por escrito:

- nos Serviços de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal em Paris: 6, Passage Duombasle, 75015 Paris, França.
- no Departamento de Apoio à Comunidade Portuguesa da

Embaixada de Portugal: Ueberstrasse 78, 5300 Bonn-Bade-Godesberg, República Federal da Alemanha.

- na Missão Permanente de Portugal, em Genebra (Suíça) 9-11, Rue de Varenne, 1202 Genève, Suíça).
- junto do Conselheiro Social na Embaixada de Portugal em Bruxelas, Rue Joseph II, 71 Bruxelles, Bélgica.
- junto do Adido de Emigração da Embaixada de Portugal: 26 Rue Adames, Luxembourg.
- na Delegação da Secretaria de Estado da Emigração junto do Consulado-Geral de Portugal em Londres: Silver City House, 62 Brompton Road, 3rd floor, London SW3 1BJ, Inglaterra.
- no Consulado-Geral de Portugal em Roterdão: Willemskade, 18 Roterdão, Holanda.
- na Embaixada de Portugal em Oslo: Drammensveien, 89 - Oslo, 2 Noruega.
- na Embaixada de Portugal em Estocolmo: P. O. Box 27004-S-102, 51, Estocolmo, Suécia.
- no Consulado-Geral de Portugal em Nova Iorque: 630 Fifth Avenue, Suite 655, New York, N. Y. 10020, U. S. A.
- no Consulado-Geral de Portugal em San Francisco: 3298, Washington Street, San Francisco, Cal. 94115, U. S. A.
- no Consulado-Geral de Portugal em Boston - 31 Commonwealth Av., Boston, Mass. U. S. A.
- no Consulado de Portugal em New Bedford - 82, Plymouth Street, New Bedford, Mass. 0274, U. S. A.
- no Consulado de Portugal em Newark - 10, Commerce Court, Suite 302, Newark, N.J., U.S.A.
- na Delegação da Secretaria de Estado da Emigração junto do Consulado-Geral de Portugal em Toronto - 159 Bay Street, Suite 512, Toronto, 116 Ont., Canadá.
- na Delegação da Secretaria de Estado da Emigração junto do Consulado-Geral de Portugal em Montreal - 4920 Maisonneuve, Blvd W, Suite 405, Montreal, 215 P. Q. H3Z 1N1, Canadá.



Assine e divulgue "Comunidades Portuguesas"

"O Princípio da Sabedoria"



Uma cena de «O Princípio da Sabedoria»

Apresentamos neste número da Revista um dos últimos filmes realizados por António de Macedo, o qual começou a sua actividade como documentarista estreando-se no cinema de ficção com o filme «DOMINGO À TARDE» em 1965. Da sua obra fazem parte do «circuito» também «ALMADA NEGREIROS, VIVO HOJE» (documentário realizado em 1969), «A PROMESSA» (longa metragem — 1972) e «O RICO, O CAMELO E O REINO ou O PRINCÍPIO DA SABEDORIA» (longa metragem — 1975).

«O PRINCÍPIO DA SABEDORIA»

Sobre este filme escreveu António de Macedo:

«Quando comecei a preparação das filmagens, pôs-se-me um problema idêntico ao da personagem central da história, «o rico»: encontrar um jardim. Aparentemente, nada de mais fácil. Pois bem! Levei mais de um ano a visitar vários pontos do país até encontrar «o» jardim; aquele, precisamente, e não outro. Existia desde o século passado, uma pequena aldeia do Algarve, e dizia-se que o seu defunto proprietário, homem de imaginação barroca e delirante, tinha acumulado nele todos os objectos desirmanados, azulejos, ferragens e estátuas que pudera encontrar...

Logo que o vi, pela primeira vez, pude dizer como a personagem do meu filme: «Percorri muitas terras antes de me fixar aqui. Foi o jardim que me fascinou».

Dizer que é um jardim mágico, é pouco, e corre-se o risco da banalidade. É um jardim repleto de histórias de aspirações, de valores que se perdem e se encontram: ao longo de todo o filme, estas histórias, estas aparições e estes valores ganham um tempo próprio, uma verdade de espelho que não

se explica nem se deixa submeter a interpretações eruditas. Existem, como numa viagem.

E esta é, verdadeiramente, a proposta básica de «O Rico, o Camelo e o Reino ou O Princípio da Sabedoria»: trata-se de uma viagem, «a trip», sem nenhum dos inconvenientes da psico-química, e com outra espécie de vantagem (sobretudo para aqueles que recusam, teimosamente, deixar de ser crianças): ficar livre para acreditar ou não no que é proposto aos sentidos.»

Ficha técnica

TÍTULO:

«O Rico, o Camelo e o Reino ou O Princípio da Sabedoria»

ANO DE PRODUÇÃO:

1975

REALIZAÇÃO:

António de Macedo

DIÁLOGOS E MONTAGEM:

António de Macedo

DIRECTOR DE FOTOGRAFIA:

Elso Roque

FOTOGRAFIA:

Cor (Eastmancolor)

SOM:

Óptico

MÚSICA:

António Vitorino de Almeida

TEMPO:

2.40 horas

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:

Maiores de 18 anos

Ficha artística:

CARMEN DOLORES

Lídia (mulher que transporta o braço e a charpa)

SINDE FILIPE

Arquitecto-Mendigo

GUIDA MARIA

Governanta

AGOSTINHO ALVES

Majordomo

LUÍS CERQUEIRA

O velho do gramofone

HELENA ISABEL

Cantora

NICOLAU BREYNER

Quiromante

Etc.

Resumo do argumento do filme

Numa aldeia afastada, Lídia, viúva de um oficial de cavalaria consagra o seu tempo ao espiritismo.

A sua casa vai-se tornando pequena para as sessões de espiritismo e assim ela vai falar à sua madrinha, proprietária da «Casa-Grande» (uma grande casa que dizem amaldiçoada) para que ela lhe alugue. A madrinha diz-lhe que a acaba de vender a um arquitecto de Lisboa, muito rico, que quer retirar-se para aquela aldeia afim de descansar. Sem desistir da sua ideia Lídia procura obter ao menos uma parte da casa e vai falar com o arquitecto. Este, um homem hipocondríaco e pouco sociável, recusa esta proposta dizendo que não quer ver nem falar com ninguém. No dia seguinte de manhã o jardineiro comunica ao arquitecto que encontrou uma mão humana, recentemente cortada, enterrada no jardim da casa. O arquitecto, contrariado, reuniu o pessoal doméstico e obrigou-os a jurar que não diriam nada a ninguém e muito menos à policia visto não querer ser incomodado. No entanto, pensando que o proprietário da mão pode estar ainda vivo e que ela lhe faça falta ele manda afixar junto à porta do jardim o seguinte aviso: «Alguém perdeu qualquer coisa de muito importante neste jardim. O objecto será entregue a quem provar ser seu proprietário». Para grande surpresa do arquitecto a partir da manhã do dia seguinte começaram a aparecer pessoas que tinham perdido qualquer coisa no jardim: mães que perderam os seus filhos, mulheres que perderam os maridos, raparigas que perderam a sua honra, monjes que perderam a fé, pares que perderam as suas roupas e até beduínos que perderam os seus camelos... O desejo de tranquilidade do arquitecto hipocondríaco é fortemente abalado por toda esta agitação, mas pouco a pouco, o contacto diário a que ele se vê forçado a ter com as pessoas que fazem bicha a reclamar os objectos mais incríveis faz com que ele comece a modificar a sua maneira de ver os seres humanos, até ao dia em que finalmente ele encontra o proprietário da mão e compreende enfim a verdadeira razão de todos estes acontecimentos que tanto o surpreenderam nos últimos tempos.»

AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:

Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.

2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra)	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de\$..... (.....)

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO

Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa-Portugal



JANELA DO CAPITULO
CONVENTO DE CRISTO

Tomar
PORTUGAL